



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS- UFAL**  
**CAMPUS ARAPIRACA - UNIDADE EDUCACIONAL PENEDO**  
**CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

**GREICE KELI DOS SANTOS**

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM COMUNIDADES TRADICIONAIS: UMA REVISÃO  
SISTEMÁTICA**

**PENEDO**

**2022**

GREICE KELI DOS SANTOS

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM COMUNIDADES TRADICIONAIS: UMA REVISÃO  
SISTEMÁTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Biológicas - Licenciatura, da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, Campus Arapiraca – Unidade Educacional Penedo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciada em Ciências Biológicas.

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Ramos Demétrio Ferreira

PENEDO

2022



Universidade Federal de Alagoas – UFAL  
Campus Arapiraca  
Unidade Educacional Penedo  
Biblioteca Setorial Penedo-BSP

S237e Santos, Greice Keli dos  
Educação ambiental em comunidades tradicionais: uma revisão sistemática /  
Greice Keli dos Santos. – Penedo, AL, 2022.  
48 f.: il.

Orientador(a): Prof. Dr. Guilherme Ramos Demétrio Ferreira.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Biológicas) -  
Universidade Federal de Alagoas, *Campus Arapiraca*, Unidade Educacional  
Penedo, Penedo, AL, 2022.  
Referências: f. 41-48.

1. Educação ambiental. 2. Política nacional ambiental. 3. Comunidades  
tradicionais. 4. Ecologia. I. Ferreira, Guilherme Ramos Demétrio. II. Título.

CDU 574:37




UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
CAMPUS ARAPIRACA/UNIDADE EDUCACIONAL PENEDO  
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS



#### ATA DE DEFESA DO 56º TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Ao primeiro dia do mês de julho de 2022, às 14 horas, estiveram reunidos de forma virtual, via plataforma de Webconferência em virtude da pandemia COVID-19, conforme Instrução Normativa nº03/2020 de 27 de Abril de 2020, os membros da Banca Examinadora do Trabalho de Conclusão de Curso de GREICE KELI DOS SANTOS, matrícula 15210272, intitulado **EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM COMUNIDADES TRADICIONAIS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA**. Após a apresentação pelo(a) discente, seguiu-se a arguição da Banca Examinadora, sendo este trabalho **APROVADO** com nota **7,69** (sete inteiros e sessenta e nove centésimos). Ficam cientes o(a) orientador(a) e o(a) discente dos procedimentos e prazos regulamentares para conclusão do processo. Nada mais havendo a tratar, eu, Guilherme Ramos Demétrio Ferreira, lavrei a presente Ata, que vai por mim assinada, e pelos demais membros da Banca Examinadora.

Penedo – AL, 01 de julho de 2022.


 Documento assinado digitalmente  
GUILHERME RAMOS DEMÉTRIO FERREIRA  
Data: 04/07/2022 14:24:08 -0300  
Verifique em: <https://www.ufal.br/verificacao/>

Orientador

Nome: Prof. Dr. Guilherme Ramos Demétrio Ferreira  
SIAPE: 1278133

Membro da banca examinadora

Nome: Profa Ma Maira Egito Alves de Lima  
SIAPE: 2994547

 Documento assinado digitalmente  
KIM RIBEIRO BARRO  
Data: 04/07/2022 14:22:39 -0300  
Verifique em: <https://www.ufal.br/verificacao/>

Membro da banca examinadora

Nome: Prof. Dr. Kim Ribeiro Barro  
SIAPE: 2360032

Dedico este trabalho com gratidão, a minha mãe Tereza Maria Cruz e ao meu irmão Hitalo Gleyson dos Santos, que sempre me incentivaram durante a graduação e não deixaram que eu desistisse de realizar esse sonho.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus por me proporcionar o dom da vida e a realização de um sonho pessoal, de estudar em uma Universidade pública, e ter me dado ânimo ao longo da jornada acadêmica, mesmo achando que não tinha mais forças para seguir.

Agradeço a minha família, minha mãe Tereza, que sempre incentivou a nunca desistir dos meus sonhos e sempre permanecer perseverante na fé. Ao meu irmão Hitalo, que sempre esteve disposto a me ajudar durante a graduação e principalmente durante a escrita do TCC.

Aos meus amigos de turma Tatiane Feitosa, Luís Carlos, Viviane dos Santos e Wenderson Aguiar. Com vocês aprendi o verdadeiro significado de trabalho em equipe, compartilharam comigo momentos de tristezas e superação a cada começo e final de período. Foi um prazer enorme conhecer vocês.

Ao meu grupo de Whatzapp- *vamos devagar*: Vanessa Mendes, Juliana Moraes, Dirlen Vasconcelos e Niedja Maria, que compartilharam comigo todo processo de escrita de TCC, sempre nos apoiando e principalmente me confortaram durante as crises de ansiedade que sofri. Vocês foram maravilhosas e eu agradeço por tudo que vivemos durante esses meses.

Gostaria de agradecer também a todos os meus amigos, por todo apoio durante minha graduação até os dias atuais.

Ao meu orientador, Guilherme Ramos Demétrio Ferreira, por ter aceitado ser meu orientador e pelas contribuições em meu trabalho.

Agradeço ao Programa Bolsa Permanência que foi fundamental durante a minha vida acadêmica, custeando as despesas de transporte, alimentação, dentre outros. Agradeço à Universidade Federal de Alagoas – Unidade Penedo, curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, ao corpo docente, que contribuiu significativamente na minha formação acadêmica. Agradeço por todo conhecimento passado e conselhos que levarei para a vida profissional e pessoal.

A todos os meus sinceros agradecimentos...

“Só desperta paixão por aprender quem tem paixão por ensinar.”

(Paulo Freire)

## RESUMO

A Educação Ambiental (EA) faz parte de um processo contínuo de formação das pessoas sobre a responsabilidade que cada indivíduo possui em preservar e respeitar o meio em que vivem, visando sensibilizá-las de maneira transversal, buscando um ambiente equilibrado. A Lei 9.795, de 27 de abril de 1999, dispõe sobre a EA e institui a Política Nacional de Educação Ambiental. É um marco relevante nos estudos voltados para a educação ambiental, e institui os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente. O presente trabalho é uma revisão sistemática de literatura a respeito do que tem se tratado de educação ambiental em comunidades tradicionais no Brasil desde a implementação da Política de Educação Ambiental de 1999 até os dias atuais. Este trabalho, de caráter qualitativo e quantitativo, foi realizado entre os meses de julho de 2021 a janeiro de 2022. Para isso foram utilizadas as bases de dados LILACS, Web of Science e Scielo, com as palavras-chave “educação ambiental AND o tipo de comunidade tradicional” nos idiomas português e inglês. A partir da pesquisa realizada foram encontrados 1.954 trabalhos. Todavia, após a aplicação dos critérios de exclusão e inclusão, apenas 11 trabalhos tratavam dos aspectos relacionados na pesquisa, os quais foram publicados entre 2015 e 2021. Foram encontrados: um trabalho em comunidades caiçara, um trabalho em comunidades ribeirinhas, dois trabalhos em comunidades de pescadores e sete trabalhos em comunidades quilombolas. O conjunto de artigos encontrados durante a pesquisa, revelou a importância das ações desenvolvidas nas comunidades tradicionais, no sentido de melhorar a compreensão da relação entre ser humano-natureza-conservação-aprendizagem. As pesquisas sobre educação ambiental analisadas neste estudo apresentam uma discussão inter-relacionada entre preservação ambiental e o processo cultural das comunidades tradicionais. Os estudos ainda referenciam a importância da manutenção da ancestralidade e cultura específica de cada comunidade como processo de identidade e pertencimento a determinado grupo étnico. A manutenção destes aspectos é importante para o processo de manutenção da tradição para as gerações futuras.

**Palavras chaves:** Política Nacional de Educação ambiental, natureza, práticas ambientais.



## **ABSTRACT**

Environmental Education (EE) is part of a continuous process of training people on the responsibility that each individual has to preserve and respect the environment in which they live, aiming to sensitize them in a transversal way, seeking a balanced environment, in which people learn to use nature as a resource. The difference in this area lies in the matter of treating this resource as something that needs to be respected, preserved in certain circumstances or replaced. Law 9,795, of April 27, 1999, deals with EE and establishes the National Environmental Education Policy. It is a relevant landmark in studies focused on environmental education, and establishes the processes through which the individual and the community build social values, knowledge, skills, attitudes and competences aimed at conserving the environment. The present work consists of a systematic literature review about what has been about environmental education in traditional communities in Brazil since the implementation of the Environmental Education Policy from 1999 to the present day. This qualitative and quantitative work was carried out between July 2021 and January 2022. For this, the LILACS, Web of Science and Scielo databases were used, with the keywords "environmental education AND the type community" in Portuguese and English. From the research carried out, 1,954 works were found. However, after applying the exclusion and inclusion criteria, only 11 works dealt with the aspects related to the research, which were published between 2015 and 2021. We found: one work in caiçara communities, one work in riverside communities, two works in communities of fishermen and seven jobs in quilombola communities. The set of articles found during the research revealed the importance of actions developed in traditional communities, in order to improve the understanding of the relationship between human being-nature-conservation-learning. The research on environmental education analyzed in this study presents an interrelated discussion between environmental preservation and the cultural process of traditional communities. The studies also refer to the importance of maintaining the ancestry and specific culture of each community as a process of identity and belonging to a particular ethnic group. The maintenance of these aspects is important for the process of maintaining the tradition for future generations.

Keywords: National Environmental Education Policy, nature, environmental practices.

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1.</b>	Estudos encontrados através das bases de dados usando as palavras chaves em português e inglês, filtrando os trabalhos publicados entre 2000 e 2021.....	<b>27</b>
<b>Tabela 2</b>	Estudos encontrados através das bases de dados usando as palavras chaves em português e inglês, filtrando os trabalhos publicados entre 2000 e 2021.....	<b>27</b>

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1.</b>	Frequência de ocorrência das comunidades tradicionais que foram estudadas nos trabalhos levantados durante a revisão bibliográfica.....	<b>30</b>
<b>Figura 2.</b>	Quantidade de trabalhos encontrados por regiões geopolíticas brasileiras .....	<b>30</b>
<b>Figura 3.</b>	Temáticas tratadas nos artigos analisados.....	<b>32</b>

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CTA	Conhecimento Tradicional Associados à biodiversidade
EA	Educação Ambiental
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
LILACS	Literatura Americana e do Caribe em Ciências da saúde
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PCT	Povos e Comunidades Tradicionais
PG	Patrimônio Genético
RGP	Registro Geral de Atividade Pesqueira

## SUMÁRIO

<b>1.INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2.REFERÊNCIAL TEORICO .....</b>	<b>13</b>
2.1 Educação ambiental .....	13
2.2 Conhecimentos Práticos Tradicionais.....	14
2.3 Povos Tradicionais.....	15
2.4 As populações indígenas.....	15
2.5 As populações tradicionais não-indígenas .....	17
2.5.1. CAIÇARA.....	17
2.5.2. OS JANGADEIROS .....	18
2.5.3 OS CABOCLOS/RIBEIRINHOS AMAZÔNICOS .....	18
2.5.4. SERTANEJOS / VAQUEIROS .....	19
2.5.5. OS CAIPIRAS .....	19
2.5.6. OS AÇORIANOS .....	20
2.5.7. VARJEIROS (ribeirinhos não-amazônicos) .....	20
2.5.8. OS PANTANEIROS .....	20
2.5.9. OS QUILOMBOLAS.....	21
2.5.10. O PASTOREIO (CAMPEIRO).....	22
2.5.11. PESCADORES .....	22
2.5.12. OS BABAÇUEIROS .....	23
2.5.13. OS SITIANTES .....	24
2.5.14. OS PRAIEIROS.....	24
2.6 A importância dos conhecimentos tradicionais para avanço do conhecimento científico .....	24
<b>3. METODOLOGIA.....</b>	<b>26</b>
<b>4. RESULTADOS .....</b>	<b>26</b>
<b>5. DISCUSSÃO .....</b>	<b>32</b>
5.1 Regiões de ocorrência dos trabalhos.....	32
5.2 Tipos de comunidade.....	35
5.3 Abordagens de Educação Ambiental Formal e não formal.....	36
<b>6. CONCLUSÃO.....</b>	<b>39</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>41</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Antes de iniciar a apresentação dos objetivos desta monografia, torna-se necessário justificarmos a motivação e a idealização deste projeto de pesquisa, como discente do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, a partir de janeiro de 2016, quando ingressei na Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Como efeito, o contexto desta pesquisa surgiu a princípio em função das minhas experiências vivenciadas na Comunidade Quilombola Tabuleiro dos Negros, a qual nasci e resido até os dias atuais. A Educação Ambiental (EA) em comunidades tradicionais pode ser entendida como um processo relacionado ao objetivo de construir a consciência ecológica por meio do diálogo entre cada cidadão como um membro da comunidade que se preocupa com os problemas ambientais diagnosticados, levando-os a buscar soluções e resultados-chave, promovendo-se como agente de mudança, protegendo o meio ambiente e a natureza como um todo.

Haja visto os problemas ambientais que podem ser verificados no planeta atualmente, a EA é necessária como um componente permanente na formação do cidadão, devendo estar presente em todos os níveis de ensino formal e não- formal (DALMORA, 2011. p.4). Dentro das comunidades tradicionais, a EA está ligada ao pluralismo cultural, que remonta diferentes modos de vida de cada grupo/ indivíduo e demonstra também como cada comunidade tradicional no Brasil, processa sua relação ser humano / natureza criando saberes próprios por meio de práticas, lutas, memórias e oralidade.

A Lei 9.795, de 27 de abril de 1999 (BRASIL, 1999), dispõe sobre a EA e institui a Política Nacional de Educação Ambiental. É um marco relevante nos estudos voltados para a educação ambiental, e institui na educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente. É interessante reforçar, nesse aspecto, a necessidade da consideração da relação entre questão ambiental e as práticas sociais de forma integrada, onde haja respeito às particularidades, considerando a EA como um processo que está embasado em aspectos históricos, democráticos e participativos. A educação ambiental acompanha e sustenta o surgimento e a concretização de um projeto de melhora da relação de cada indivíduo com o mundo natural e social (SAUVÉ, 2005). Assim, parte-se do reconhecimento de que as comunidades tradicionais são as mais impactadas em seus modos de vida pelo modelo de desenvolvimento econômico em curso no país e que, portanto, são agentes

prioritários nas lutas transformadoras das relações sociedade-natureza no capitalismo brasileiro (LOUREIRO, 2020).

No contexto da educação ambiental a revisão sistemática tem como objetivo “identificar, selecionar e avaliar criticamente as pesquisas relevantes”. (LIBERATI et al., 2015, p.335), propiciando uma visão ampla sobre o que já foi produzido, demonstrando o potencial que apontem lacunas e vieses demonstrando a relevância das contribuições que os povos tradicionais apresentam para a sociedade, uma vez que comunidades tradicionais se autodefinem a partir das relações específicas com a terra, o território, a ancestralidade, o parentesco, as tradições e práticas culturais. Muitas dessas áreas ocupadas por povos tradicionais são ricas em biodiversidade e Patrimônio Genético (PG), sendo que “os Conhecimentos Tradicionais Associados à biodiversidade brasileira (CTA) tem sido uma grande contribuição para o desenvolvimento de novos produtos, muitos deles patenteados, visando sua exploração comercial” (BRASIL,2015).

Dessa forma, o objetivo deste trabalho é realizar uma revisão sistemática de literatura a respeito do que tem se tratado de educação ambiental em comunidades tradicionais no Brasil desde a implementação da Política de Educação Ambiental de 1999 até os dias atuais. Para isso, pretendemos identificar os tipos de comunidades mais pesquisadas, reconhecer as regiões com maior ocorrência de estudos e especificar quais práticas ambientais estão presentes nas comunidades pesquisadas.

## **2. REFERENCIAL TEORICO**

### **2.1 Educação ambiental**

A EA como conceito e prática começou a ganhar força na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, que ocorreu em 1972, na cidade de Estocolmo (Suécia) em 1972. Nesta ocasião, foi discutida com maior profundidade a necessidade de incorporar uma dimensão ambiental à educação. Cinco anos depois, na Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental em Tbilisi, Geórgia, a estratégia e as diretrizes foram desenvolvidas e ainda estão em uso hoje (INEA, 2014, p. 04). Atualmente a EA se apresenta efetivamente como condição primordial para todas as nações, e deve ser permanente na formação do cidadão e presente em todos os níveis de ensino (DALMORA, 2011. p. 03). A sociedade como um todo deve ter acesso à informação para ter capacidade de discernir a que

nível uma ação pode ser considerada um problema ambiental e a real solução para este problema. A EA pode ser considerada como um instrumento que permite o alcance desse discernimento e a tomada de decisões favoráveis ao cuidado com o meio ambiente para um futuro mais justo e equilibrado.

Sendo assim, educação ambiental deve ser vista como “um processo de realização de valores voltado ao desenvolvimento de habilidades e esclarecimento conceitual, visando o desenvolvimento de habilidades e a mudança de atitudes em relação a natureza.” (TBILISI, 1977). Atualmente vivenciamos enquanto sociedade a degradação da natureza, em uma busca desenfreada e inconsequente de suprir seus anseios do consumismo como satisfação de crescimento econômico.

Tratando especificamente do contexto da Educação Ambiental, percebe-se que nele se encontra um espaço favorecido para repensar possibilidades de reconstruir e compreender o mundo pelo incentivo de um novo modelo de comportamento entre os indivíduos e o meio ambiente, construindo assim uma relação com o meio vivido e que nele haja melhor qualidade de vida (DALMORA, 2011, p. 03)

## 2.2 Conhecimentos Práticos Tradicionais

Os conhecimentos tradicionais são assim chamados por serem transmitidos ao longo de várias gerações, enraizados em um território e ancorados na observação minuciosa de espécies, paisagens, fenômenos e processos ecológicos (LIMA; OLIVEIRA; SHIRATOR, 2018).

Faz-se necessário acrescentar que não se trata de um conhecimento homogêneo e generalizado, mas de uma diversidade de saberes e práticas locais que, inseparáveis de modos de vida e visões de mundo, possuem suas próprias formas de produção e circulação, concepções e valores (CARNEIRO DA CUNHA, 1999; 2009, 2012, 2013; CARNEIRO DA CUNHA; ALMEIDA, 2001).

Complementando essa exposição Lima, Oliveira e Shirator (2018. p.21) expõem que: “para esses povos, aquilo que se convencionou chamar de “Natureza” está habitado e é conformado por formas de vida que precisam ser respeitadas e tratadas com cuidado”. De acordo com Seixas *et al.* (2019), esses conhecimentos vão além dos benefícios alimentares, medicinais, artesanais e econômicos da biodiversidade, para o bem-estar humano e em outros contextos: educacionais, ambientais e sociais; há a necessidade do conhecimento e compreensão do conceito para que se caminhe adequadamente em busca de saberes que



permitirão atuar em qualquer processo, neste caso, especificamente das dimensões apresentadas neste trabalho.

### 2.3 Povos Tradicionais

Segundo o artigo 3º da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (BRASIL, 2007), povos e comunidades tradicionais são:

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Já Barreto Filho (2006) salienta que os formuladores brasileiros da noção de populações tradicionais se pautaram em correntes do pensamento social brasileiro. Isso significa que através das diferentes interpretações dos autores pesquisados será possível identificar a importância dessas populações e de como cada população entende educação ambiental. Da completa invisibilidade e/ou consideradas como fator antrópico, após conflitos, debates e resoluções, elas passaram a ser reconhecidas por seu valor conservacionista e estimadas como guardiãs da floresta. Finalmente, em 2007, o governo brasileiro reconheceu pelo Decreto nº 6040/07 a existência de distintos Povos e Comunidades Tradicionais (PCT) na sociedade, cujos direitos devem ser garantidos e respeitados (CALEGARE; HIGUCHI E BRUNO.2014, p.115).

Entre os enfoques que mais têm contribuído para se estudar o conhecimento das populações tradicionais está a etnociência, que parte da linguística para estudar o conhecimento das populações humanas sobre os processos naturais, tentando descobrir a lógica subjacente ao conhecimento humano do mundo natural, as taxonomias e classificações totalizadoras. (DIEGUES, *et al.* 2000, p..37).

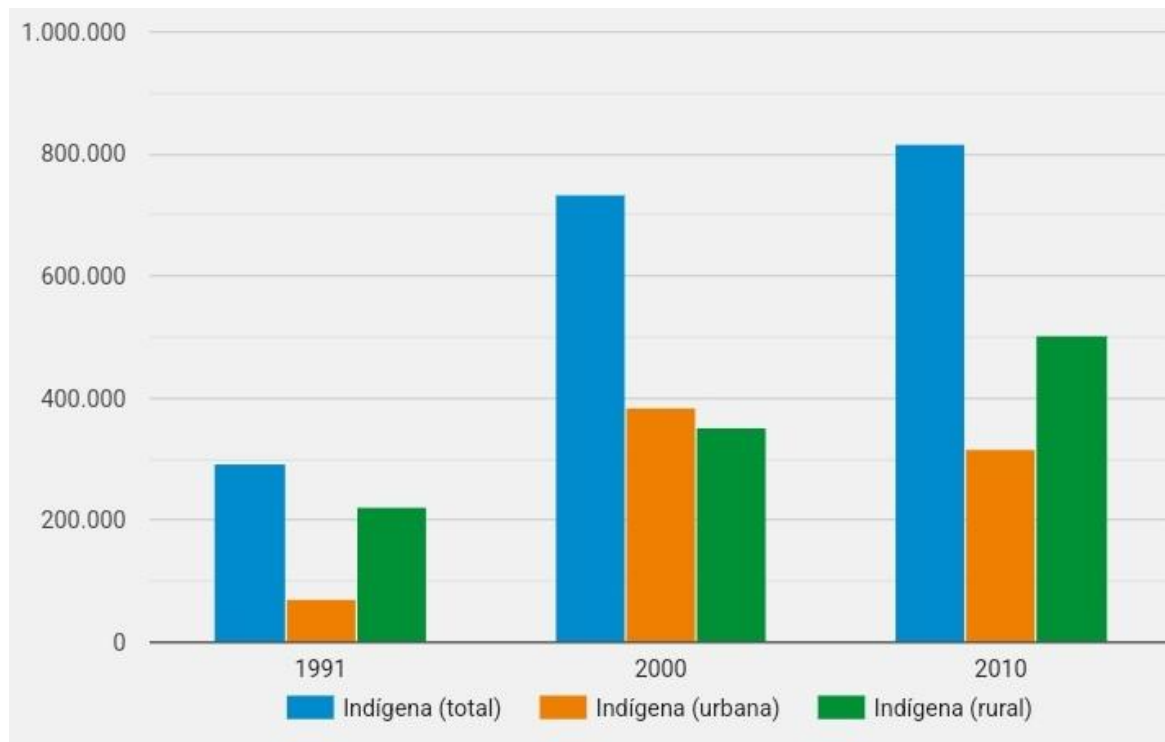
### 2.4 As populações indígenas

Na perspectiva de Diegues *et al.* (2000, p. 26), o Brasil, além de apresentar uma das maiores taxas de diversidade biológica do planeta, é um dos países de maior diversidade cultural. As terras indígenas ocupam cerca de 11,6% do território nacional (FUNAI, 2010).

Segundo o IBGE, o Brasil tem uma dimensão territorial de cerca de 851 milhões de ha, ou, mais detalhadamente, 8.547.403,5 km<sup>2</sup>. As terras indígenas do Brasil envolvem uma área

de 991.498 km<sup>2</sup> de extensão, superior aos territórios da França (543.965 km<sup>2</sup>) e da Inglaterra (130.423 km<sup>2</sup>) juntos (IBGE, 2010).

A listagem de povos e terras indígenas no Brasil fornecida pelo censo demográfico do IBGE de 2010 é de 817.963 (oitocentos e dezessete mil e novecentos e sessenta e três) indivíduos.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2010.

No Brasil há um certo consenso sobre o uso do termo população indígena significando etnia, ou seja, povos que guardam uma continuidade histórica e cultural desde antes da conquista. A identificação de uma pessoa como indígena é auto declaratória, seguindo os mesmos princípios da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, Artigo 1º (para povos indígenas e tribais), que afirmam que a autoidentificação como indígena ou tribal deverá ser considerada um critério fundamental para a definição dos grupos (BRASIL,2002).

Ressalta-se que a ênfase dada aos povos indígenas no Brasil não tira a importância das questões discutidas quando se trata de quilombolas, ribeirinhos, seringueiros, caiçaras, extrativistas em geral, dentre outras muitas comunidades tradicionais. (LIMA; OLIVEIRA; SHIRATOR, 2018).

Os conhecimentos tradicionais indígenas estão relacionados ao ambiente em que vivem: pesca, caça, artesanato, preparação de alimentos e medicamentos. Um exemplo importante é o

cuidado e preservação das plantas, principalmente as plantas medicinais usadas durante os rituais de cura, onde também estão ligadas as benzeduras (rezas) que são transmitidas de forma oral, através de línguas (próprias de cada tribo), esses conhecimentos fazem parte da identidade desses povos, seus valores serão repassados para as futuras gerações (GARCÉS, 2012. p.13).

A partir dessa abordagem, compreende-se que há uma riqueza imensa nestes conhecimentos e saberes próprios da comunidade indígena cabendo a preservação e conservação não somente por aqueles que fazem parte da etnia, mas por todos os que têm o dever de auxiliar nesse processo como é o caso da educação ambiental.

## 2.5 As populações tradicionais não-indígenas

Assim, distinguimos, as seguintes populações tradicionais não-indígenas: caiçaras, caipiras, babaqueiros, jangadeiros, pantaneiros, pastoreio, praieiros, quilombolas, caboclos/ribeirinhos amazônicos, ribeirinhos não amazônicos, varjeiros, sitiantes, pescadores, açorianos, sertanejos/vaqueiros (DIEGUES, *et al.* 2000, p. 42). Para elucidar o contexto cultural e o modo de vida que gerou o conhecimento tradicional dessas populações, descrevemos brevemente cada uma delas.

### 2.5.1. CAIÇARA

Os Caiçaras, consideradas tradicionais, vivem principalmente nas costas das regiões sudeste e sul do Brasil. Acredita-se que os Caiçaras sejam uma comunidade mista de contribuições etnoculturais de povos indígenas, colonizadores portugueses e, em menor escala, africanos escravizados (DIEGUES, *et al.* 2000, p. 42).

Tratando de aspecto relativo à origem, na ECOBRASIL (2022) tem-se que:

A palavra 'caiçara' tem origem tupi-guarani: 'caa' = pau, mato + 'içara' = armadilha, ou seja, armadilha feita de galhos e varas entrelaçados, utilizada pelos índios que, com o tempo, passou a identificar pescadores que utilizavam esse sistema artesanal de pesca.

De acordo com Diegues, (2000, p.42), os caiçaras apresentam uma forma de vida baseada em atividades de agricultura itinerante (chamada também de roça de toco ou coivara), da pesca artesanal, do extrativismo vegetal e do artesanato. Essa cultura se desenvolveu principalmente nas áreas costeiras dos atuais estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e norte de Santa Catarina. Alguns autores, como Mourão (1971), consideram que as comunidades

caixaras se formaram nos interstícios dos grandes ciclos econômicos do período colonial, fortalecendo-se quando essas atividades voltadas para a exportação entraram em declínio.

As relações que existem entre os caixaras com áreas de uso limitado e mais intensivo do solo (roças, capoeiras e matas secundárias) são diferentes das relações que têm sido estabelecidas com áreas de floresta primária. Estas áreas onde a extensão e o uso esporádico testemunham uma preocupação e consciência pela conservação das florestas primárias, consideradas fontes de produção (elementos tirados), fontes de reprodução (por classificar uma grande variedade de espécies e sementes) e essenciais para a manutenção de ciclos ecológicos, como nutrientes, manutenção da fertilidade do solo e ciclos hídricos, manutenção da fartura de água nos canais de drenagem. (CUNHA, 2005.p.12)

### 2.5.2. OS JANGADEIROS

Jangadeiros são os pescadores que habitam a faixa costeira situada entre o sul da Bahia e do Ceará. Recebem esse nome por utilizar a jangada para desenvolver sua atividade no mar, obedecem a regra do uso das marés, dos regimes de ventos, das correntes e da sazonalidade da pesca (ECOBRAZIL, 2022).

Existem registros que as jangadas eram utilizadas para a pesca pelos africanos escravizados na capitania de Pernambuco no início do século XVI (Silva 1993). No século XIX, uma grande parte da pesca em jangada era feita por negros libertos. Câmara Cascudo (1957) afirma que data do século XVIII o aparecimento de povoados de pescadores, em sua grande maioria jangadeiros. A jangada chega ao Brasil como parte de um rico intercâmbio entre Índia, África, China e Japão, especialmente durante os dois primeiros séculos de colonização do Brasil, pelos Portugueses (ECOBRAZIL, 2022).

### 2.5.3 OS CABOCLOS/RIBEIRINHOS AMAZÔNICOS

As populações tradicionais não-indígenas da Amazônia caracterizam-se sobretudo pelas suas atividades extrativistas, de origem aquática ou florestal terrestre (DIEGUES, *et al.* 2000, p. 48). Segundo o Dicionário Aurélio, caboclo vem do tupi kari'boka, que significa "procedente do branco". O tupinólogo Eduardo de Almeida Navarro acreditava que "caboclo" se originou-se do termo tupi kuriboka, que designava um filho de índio com africana. Mais tarde, kuriboka também se referiu ao filho de mãe indiana e pai branco (ECOBRAZIL,2022). Darcy Ribeiro

(1995) considera os seringueiros, castanheiros e ribeirinhos como “caboclos”, pois eles apresentam um modo de vida semelhante: os ribeirinhos vivem as margens dos grandes rios brasileiros, enquanto os caboclos vivem as margens dos rios amazônicos. Os caboclos/ribeirinhos vivem, principalmente, à beira de igarapés, igapós, lagos e várzeas. No entanto, existem diferenças entre elas, na medida em que os ribeirinhos vivem nas várzeas e beiras de rio, dependendo fundamentalmente da pesca (DIEGUES, *et al.* 2000, p. 48).

#### 2.5.4. SERTANEJOS / VAQUEIROS

De acordo com Diegues *et al.*, (2000, pag.50) esses povos ocupam a orla descontínua ainda úmida do agreste e prosseguem com as enormes extensões semiáridas das caatingas.

Toda essa área compõe-se de vegetação rala, confinada, de um lado pela floresta da costa atlântica, do outro pela floresta amazônica e fechada ao sul por zonas de matas e campinas naturais. O sertanejo/vaqueiro possui etnia da combinação do branco colonizador com o índio, durante a ingressão do gado nos sertões do Nordeste brasileiro. Essa população desenvolve suas próprias estratégias de sobrevivência e convivência no ambiente da Caatinga. São eles que mantêm o conhecimento do manejo das plantas e suas propriedades medicinais (MACHADO,2003).

#### 2.5.5. OS CAIPIRAS

Geralmente este termo é utilizado para designar as pessoas que moram no interior, com modos de vida diferenciados dos que vivem na cidade, no passado também esteve associado aos negros que eram escravizados, porém, Diegues *et al.* (2000, *et al.* p. 52) assim descreve:

“Os caipiras são hoje, em grande parte, sitiantes, meeiros e parceiros que sobrevivem precariamente em nichos entre as monoculturas do Sudeste e Centro-Oeste, em pequenas propriedades em que desenvolvem atividades agrícolas e de pequena pecuária, cuja produção se dirige para a subsistência familiar e para o mercado” (DIEGUES, *et al.* 2000, p. 52).

Conforme assinala o autor supracitado, o caipira é visto como homem rude, que vive a margem da modernidade sobrevivendo em condições que o distancia da igualdade social. O fato de ser caipira deveria não lhe impedir de conviver com melhor qualidade de vida, porém, compreende-se que esse é o retrato dos menos favorecidos no Brasil.

#### 2.5.6. OS AÇORIANOS

Os açorianos também fazem parte dos povos tradicionais. Lisboa, (1997) afirma que estes povos são descendentes dos imigrantes açorianos e dos madeirenses e portugueses continentais que se estabeleceram no litoral catarinense e riograndense a partir de meados do século XVIII, guardando traços culturais próprios. Diegues *et al.* (2000, p. 53) acrescenta que: eles são “fruto da miscigenação com negros e índios”. Complementando a informação, Viana (1995) prescreve que “esses colonos eram agricultores e pescadores em seus lugares de origem e, quando se fixaram no litoral sul do Brasil, também passaram a combinar a agricultura com a pesca.

#### 2.5.7. VARJEIROS (ribeirinhos não-amazônicos)

Varjeiros ou Varzeiros são consideradas aquelas populações tradicionais que vivem às margens dos rios e várzeas, sobretudo às margens do rio São Francisco. Essa denominação é também aplicada a ribeirinhos e caboclos de outros rios, como o Paraná (DIEGUES, *et al.* 2000, p. 55). O livro clássico sobre os varjeiros do São Francisco é o de Donald Pierson, em que descreve o modo de vida dos varjeiros, que combinava as atividades agrícolas (principalmente o plantio do arroz), extrativistas da mata (de onde retiravam mel, ervas medicinais e madeira para as célebres canoas - ubás - e barcas, movidas a remo e a vela) e as atividades de pesca, pecuária e cerâmica (VIANA, 1995).

#### 2.5.8. OS PANTANEIROS

Sabendo que os pantaneiros fazem parte dos povos tradicionais e no intuito de conhecer de forma mais profunda esses povos, de onde vieram, como são formados, suas características, onde vivem, o que fazem, observa-se as descrições dos autores seguintes: “Os pantaneiros são formados por donos de fazenda, peões, vaqueiros, capatazes, barqueiros, pescadores, garimpeiros, fruto da miscigenação com as tribos indígenas originais, colonizadores vindos do Sudeste e dos escravos negros” (VIANA, 1995). Já Diegues *et al.* (2000, p. 56) acrescenta que: O homem do Pantanal, residente no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, constitui-se numa população que vive numa das maiores áreas inundáveis do planeta, subsistindo à base de atividades agropastoris nas fazendas da região ou em pequenas propriedades à beira dos rios.

### 2.5.9. OS QUILOMBOLAS

No Brasil, as comunidades quilombolas estão localizadas em quase todos os estados da federação, com exceção do Acre e de Roraima. Estimativas da sociedade civil totalizam cerca de 5 mil comunidades quilombolas em todo país, no entanto 3.945 comunidades são certificadas pela Fundação Cultural Palmares (BRASIL, 2015a).

Quantitativo de Comunidades Remanescente Quilombolas certificados pela Fundação Cultural Palmares por região:



Fonte: Fundação Cultural Palmares, 2021.

As comunidades quilombolas de todo o Brasil trazem a memória e identidade centradas nas lutas do povo negro, no seu sofrimento em busca de liberdade, nos desafios enfrentados para se manter diante do processo de exclusão que os deixa a margem da sociedade. Neste tópico são apresentados alguns aspectos teóricos que permitem entender, mesmo que de forma breve a vivência dessas comunidades tradicionais. Os povos quilombolas, de acordo com o Artigo 2º do Decreto 4.887/2003 (BRASIL, 2003), consideram-se comunidades quilombolas os grupos remanescentes de um processo histórico que se iniciou nos tempos de escravidão e que detêm uma identidade cultural própria. Segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade

negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. Marcadas pela exclusão e o isolamento, as comunidades quilombolas no Brasil são mantidas como invisíveis nas diversas esferas sociais (ALAGOAS, 2015, p. 05).

Ante o exposto, acrescenta-se que as comunidades quilombolas lutam intensamente para defender sua identidade puramente negra no contexto brasileiro. A partir do pensamento de autores, leis e documentos que tratam dos povos de origem africana, fica evidente que a tentativa de construção de consciência positiva de identidade, sobretudo nas comunidades quilombolas ainda se constitui como um grande desafio a ser enfrentado.

#### 2.5.10. O PASTOREIO (CAMPEIRO)

O pastoreio campeiro se configura como um aspecto rico dentro desse contexto de tradicionalismo, estando presente nos campos do sul do Brasil, apresenta-se com estilo bem diversificado dos demais já abordados nesta obra (DIEGUES, et al. 2000, p.57). Tratando especificamente do pastoreio, analisa-se a seguinte exposição: o termo pastoreio, utilizado por Darcy Ribeiro (1995) refere-se à população sulina dos gaúchos que vivem nos pampas e coxilhas sulinas.

Os campos Sulinos consistem em ecossistemas naturais com grande variedade de espécies vegetais e animais, com significantes benefícios ambientais e fonte de forragem para a pecuária do sul do Brasil (PILAR, et al. 2009). Esses ambientes são um conjunto de formações e superfícies ambientais equivalente a uma das mais expandidas áreas de campo do planeta. Seu Território geográfico se estende por mais de 750.000 km<sup>2</sup>, distribuídos entre os países: Argentina, Brasil, Uruguai e uma estreita parte do Paraguai (SORIANO et al., 1992; ACHKA, 2017). No Brasil, o Bioma Pampa abrange 2,1 % do território geográfico nacional, é o único bioma localizado em um estado (BENCKE; CHOMENKO; SANT´ANA, 2016). Localiza-se na metade sul do Rio Grande do Sul, ocupando 62,2% de sua extensão territorial (MAIA; TROIAN.2022. p.6).

#### 2.5.11. PESCADORES

Os pescadores se apresentam como povos que retiram, da água doce ou salgada, peixes, moluscos e crustáceos, que servirão de alimento à própria família e ou para comércio. Diegues (2000, p. 58) ressalta que essa categoria de população não-tradicional está espalhada pelo



litoral, pelos rios e pelos lagos e tem um modo de vida baseado principalmente na pesca, ainda que exerça outras atividades econômicas complementares, como o extrativismo vegetal, o artesanato e a pequena agricultura, em geral de subsistência.

Para compreender de maneira mais profunda alguns aspectos que estão inseridos nessa categoria, destaca-se o seguinte contexto: apesar de poderem, sob alguns aspectos, ser considerados uma categoria ocupacional, os pescadores, particularmente os chamados artesanais, apresentam um modo de vida particular, sobretudo aqueles que vivem das atividades pesqueiras marítimas. Frequentemente, mesmo alguns grupos como os jangadeiros e praieiros identificam-se primordialmente como pescadores. Determinados grupos não se intitulam na definição dada por livros e autores, eles próprios se autodefinem, nos casos dos grupos citados anteriormente, por praticar a pesca e desenvolvê-la como prática diária tanto para subsistência quanto para fins comerciais. (VIANA, 1995).

#### 2.5.12. OS BABAÇUEIROS

A cultura desse povo é muito interessante, pois sobrevivem através da exploração do babaçu e de acordo com Silva (2018.p.76) grande parte dessa população extrativista são mulheres, conhecidas como quebradeiras de coco babaçu. Os Babaçueiros são populações extrativistas que vivem da coleta do babaçu e da utilização dessa palmeira. Encontram-se espalhados por uma área de cerca de 200 mil quilômetros quadrados, basicamente entre os estados do Piauí e do Maranhão. (REPORTER BRASIL, 2005). No Maranhão, o babaçu ocupa uma área de aproximadamente 103.000 km<sup>2</sup> e cerca de 300.000 famílias dependem dessa atividade. As palmeiras do babaçu ocupam áreas na frígia da floresta amazônica, que sofreram interferência humana, pelo fogo, agricultura ou pecuária. (DIEGUES, *et al.* 2000, p. 59).

Dessa forma, compreende-se que apesar de necessitar dessa extração para sobreviver, os babaçueiros também podem trazer alguns problemas ambientais, já que existe o projeto de lei n.º 747-a, dispõe sobre a proibição da derrubada de palmeiras de babaçu nos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins, Pará, Goiás e Mato Grosso e dá outras providências; proibindo assim a derrubada das palmeiras de babaçu, e nem sempre é cumprida. Existe também a questão de fazendeiros que não enxergam o babaçu como uma planta de subsistência para este povo e muitas vezes tentam impedir sua conservação. (SILVA. 2018.p.106.)

### 2.5.13. OS SITIANTES

Aborda-se aqui alguns aspectos e características precisas para que se conheça e compreenda quem são esses sitiantes que fazem parte dos povos tradicionais e que colaboram para o processo de economia das cidades por meio da sua exploração e colheitas agrícolas além de outras atividades.

À semelhança da categoria dos pescadores, a dos sitiantes é bastante ampla cobrindo aquelas populações que, apesar de basear seu modo de vida na agricultura, desempenham outras atividades complementares, como a pesca, o artesanato, o trabalho assalariado. Podem ser considerados pequenos produtores rurais, morando em pequenas propriedades rurais – os sítios –, nos interstícios da grande propriedade ou em bairros rurais (DIEGUES, *et al.* 2000, pag.60).

A partir do contexto supracitado, fica claro que estes povos apesar de ser identificados como sitiantes, exploradores das terras por meio de plantios e da água através da pesca, não se apropriam somente desses elementos dos sítios onde vivem para produzir e buscar sua sobrevivência, mas apoiam-se em outras atividades que lhes permitem ampliar sua renda e melhorar a qualidade de vida.

### 2.5.14. OS PRAIEIROS

Para identificar esse povo de modo que se entenda quem são, como se dar seu modo de vida e suas principais características, Diegues *et al.* (2000, p. 61), discorre sobre alguns aspectos: Os praieiros são moradores da faixa litorânea da região amazônica compreendida entre o Piauí e o Amapá. São genericamente chamados de pescadores, pescadores artesanais, mas apresentam características socioculturais que os diferenciam das outras comunidades litorâneas, como os caiçaras e jangadeiros. Os praieiros são muito influenciados por uma grande diversidade de ecossistemas e habitats que se caracterizam por grandes extensões de mangue, litoral muito recortado e marcado por uma grande amplitude de maré, ilhas e praias arenosas e dunas, como ocorrem nos Lençóis Maranhenses (DIEGUES, *et al.* 2000, pag.61).

## 2.6 A importância dos conhecimentos tradicionais para avanço do conhecimento científico

O acesso ao conhecimento das comunidades tradicionais contribui muito para o avanço do conhecimento científico. Por não terem, instrução adquirida na educação formal, essas populações são inferiorizadas, tidas como “exóticas” e detentoras de saberes do senso comum

e, portanto, “vulgares, ignorantes e menores” se comparados aos conhecimentos científicos (SOUZA; SILVA. 2021. p.23).

Para Cunha (2007, p. 301), os conhecimentos tradicionais são diferentes dos conhecimentos científicos porque seus objetivos podem atribuir medidas incomensuráveis, “ambos são formas de procurar entender e agir sobre o mundo. E ambos são também obras abertas, inacabadas se fazendo constantemente”. Os pesquisadores, quando apreciam os conhecimentos tradicionais, os colocam em análise e guardam essa memória, tendo esse recurso para realizar pesquisas futuras, já que o conhecimento tradicional é fruto de um processo vivo que está sempre em movimento (CUNHA, 2007), o conhecimento tradicional é um processo vivo, é algo que está sempre em desenvolvimento, que depende de duas coisas: primeiramente da população que o gerou e das condições para que elas continuem a gerar novos conhecimentos, e nessas condições podemos pensar secundamente no território, não podemos pensar conhecimento tradicional como algo pronto que foi somente transmitido pelos antepassados e que não tem nada de novo a produzir, o conhecimento tradicional está em constante desenvolvimento, “esse conhecimento encontra-se em pleno processo de produção e só vai ser preservado em sua dinâmica” (SANTANA, *et al.* 2021. p.274), renovando-se no cotidiano das populações em um processo de aprendizagem tanto quanto os conhecimentos científicos.

Existe várias formas de vincular o conhecimento científico ao conhecimento tradicional, uma é a possível relação da falta de conhecimento prático baseado no conhecimento local, por exemplo, quando os técnicos agrícolas introduzem alguma forma de cultivo na comunidade, eles não reconhecem o conhecimento dos agricultores locais; ou no caso do ácido acetilsalicílico, (conhecida popularmente como aspirina), incorporou à medicina científica a partir do conhecimento e da prática dos antigos egípcios e gregos, mas não levou em consideração outros aspectos do conhecimento humano das folhas de salgueiro (folhas de salgueiro), que são utilizadas pelo homem há pelo menos 2400 anos, no seio de diferentes culturas, cada um tem a sua dimensão espiritual (EL-HANI,2018).

Nesse caso, a propriedade intelectual de comunidades tradicionais pode ser roubada e devolvida a elas sem o devido crédito. Embora haja um valor no que foi aprendido pelos antepassados, os conhecimentos tradicionais estarão sempre em processo de aprendizagem e de descobrimento precisando ser fortalecido e preservado.

### 3. METODOLOGIA

Este trabalho, de caráter qualitativo e quantitativo, foi realizado entre os meses de julho de 2021 a janeiro de 2022, por meio de uma revisão sistemática que tem como objetivo “identificar, selecionar e avaliar as pesquisas relevantes, e coletar e analisar dados desses estudos que são incluídos na revisão” (MOHER; TSERTSVADZE, 2006, p.335). A revisão sistemática consiste na síntese de pesquisas que apresentam temas em comum. Sendo assim importante para futuras pesquisas, uma vez que, pesquisa de revisão sistemática reúne os trabalhos mais relevantes para análise de dados (SAMPAIO; MANCINE, 2007).

Para isso foram utilizadas as bases de dados LILACS (Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), Web of Science e Scielo (Scientific Electronic Library), com a palavra-chave em português “educação ambiental AND o tipo de comunidade tradicional” e em inglês “environmental education AND e o nome da comunidade tradicional”. Posteriormente, foi realizada a busca nas bases de dados e apenas a base Web of Science possuía a opção de filtrar território e ano de publicação.

O trabalho seguiu as seguintes etapas:

Na primeira etapa foi inserido nas bases de dados as palavras chaves em português e inglês, filtrando os trabalhos publicados entre 2000 e 2021, em território brasileiro;

Na segunda etapa foi feita a leitura dos títulos e resumos dos trabalhos para identificação daqueles que preenchiam o critério de inclusão: trabalhos relacionados à educação ambiental em comunidades tradicionais.

Na terceira etapa foi feita a leitura do texto na íntegra, onde foi realizada a análise do tipo de comunidade relacionada no artigo, região de ocorrência e práticas de educação ambiental desenvolvida na respectiva comunidade.

### 4. RESULTADOS

A partir da pesquisa realizada foram encontrados 1.954 trabalhos. Posteriormente foi feita a leitura dos títulos dos estudos encontrados e inclusos 127 trabalhos, na imprecisão foram analisados os resumos, que resultou na exclusão de 116 publicações que não possuíam relação com o estudo da educação ambiental em comunidades tradicionais. A leitura dos artigos ocorreu entre os dias 01 de novembro ao dia 01 de dezembro de 2021. Após a leitura na íntegra dos textos, apenas 11 trabalhos tratavam dos aspectos relacionados na pesquisa: trabalhos relacionados às práticas de educação ambiental em comunidades tradicionais. (Tabela 1).

Tabela 1. Estudos encontrados através das bases de dados usando as palavras chaves em português e inglês, filtrando os trabalhos publicados entre 2000 e 2021.

Base de dados	Resultados encontrados	Trabalhos inclusos	Trabalhos excluídos	Após análise dos textos
Scielo	207	15	12	3
Web of Science	1.614	107	99	8
LILACS	133	05	05	0
<b>TOTAL</b>	<b>1.954</b>	<b>127</b>	<b>116</b>	<b>11</b>

Os artigos selecionados foram publicados entre 2015 e 2021, são estudos que foram realizados em todas as regiões do Brasil, com diferentes povos tradicionais. (Tabela 2)

Tabela 2. Estudos selecionados a partir das bases de dados, usando as palavras chaves em português e inglês, filtrando os trabalhos publicados entre 2000 e 2021.

Ano de publicação	Título do artigo	Autores	Cidade/ Região	Tipo de comunidade / Assunto
2015	Responsabilidade Social e Ambiental e Desenvolvimento Local Sustentável: o caso do projeto de educação ambiental e patrimonial – PEAP	Eugênia Rosa Cabral; Alessandra Livia Lima dos Santos; Sérgio Castro Gomes;	Boa Vista e Moura, Oriximiná/ Pará	<b>Quilombolas</b> - O artigo analisa as ações de responsabilidade social expressas no Projeto Educação Ambiental e Patrimonial (PEAP) implementadas nas comunidades Boa Vista e Moura. O objetivo do PEAP é promover o resgate e a preservação do patrimônio ambiental e cultural, desenvolvido em parceria entre o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), a empresa privada Mineração Rio do Norte.
2016	Percepção, paisagem e educação ambiental: uma investigação na região litorânea de Laguna- SC, Brasil	Fátima Elizabeti Marcomin; Michèle Sato	Laguna / Santa Catarina	<b>Pescadores</b> – O texto visa compreender a percepção ambiental dos pescadores tradicionais da região litorânea do município de Laguna, Santa Catarina, sobre os elementos da paisagem natural e antrópica em suas dimensões de conflito e estética.
2016	CulturArte da mulher Negra no contexto da Educação Ambiental	Rosana Manfrinate; Imara Pizzato Quadros; Lúcia Shiguemi Kawahara	Mata Cavallo/ Mato Grosso	<b>Quilombolas</b> – O texto tem o objetivo de compartilhar as aprendizagens alcançadas na trilha investigativa sobre a questão da CulturArte da mulher Negra no contexto da Educação Ambiental; buscando identidades das mulheres da Comunidade

				Quilombola de Mata Cavalo em Mato Grosso.
2017	Latas d'água nas cabeças: percepções sobre a água na comunidade quilombola de Mata Cavalo	Priscilla Mona Amorim; Regina Aparecida Silva; Michele Tomoko Sato;	Mata Cavalo, Nossa Senhora do Livramento/ Mato Grosso	<b>Quilombolas</b> - A pesquisa teve como objetivo compreender a percepção que os quilombolas de Mata Cavalo têm sobre a água, usando a cartografia do imaginário como formas de interpretação.
2018	O projeto de revitalização ambiental do Córrego Angico e a educação para sustentabilidade na Comunidade Quilombola Malhadinha – Tocantins	Fernando Afonso Nunes Filho; Neila Barbosa Osório; Sharles Gabriel de Souza Borges;	Malhadinha, Brejinho de Nazaré/ Tocantins	<b>Quilombolas</b> - O objetivo do texto foi demonstrar por escrito a revitalização/ recuperação da área degradada às margens do Córrego Angico, que corre nas imediações da Comunidade Quilombola de Malhadinha, que por sua vez faz parte do município de Brejinho de Nazaré-Tocantins.
2019	Fragmentos de uma quase-educação-ambiental: experimentações de um devir-caiçara	Laís de Paula Pereira; Shaula Maíra; Vicentini de Sampaio;	Niterói, Paraty e a Praia de Martim de Sá, RJ.	<b>Caiçaras</b> – O texto trata de histórias narradas sobre os caiçaras, suas tradições, cultura e durante o percurso, trata de uma “quase-educação ambiental”, dando referência às experimentações e aos processos de produção de realidades com fotografias e narrativas que remetem a lembranças e esquecimentos foto-não-grafados.
2019	Indicadores socioambientais como instrumento de gestão de território fluvial: comunidade de Rolim de Moura do Guaporé-RO	Thalitta Cota; Fabricia Silva; Ana Gonçalves; Danstin Lima; Nubia Caramello;	Rolim de Moura do Guaporé / Rondônia	<b>Quilombolas</b> – O objetivo desse estudo foi mapear e analisar os indicadores de sustentabilidade socioambientais na Comunidade de Rolim de Moura do Guaporé. Por meio de oficina de diálogos socioambientais, aplicação de questionário e visita técnica.
2019	Caminhar, olhar e perceber: Educação para conhecer e	Kele Conceição Alves Vilaça Amaral;	Capão do Berto, Jaboticatubas/ Minas Gerais	<b>Quilombolas</b> - O artigo, apresenta e discute aspectos relacionados à natureza, à cultura e à educação na comunidade Capão do Berto, através da observação participante

	conservar o cerrado	Karla Cunha Pádua;		e de entrevistas narrativas, analisando aspectos que demonstram como os saberes tradicionais, que subsistem na comunidade amparados pela cultura oral e pela dupla experiência-sentido, contribuem para o uso equilibrado dos bens naturais e, conseqüentemente, para a conservação ambiental.
2020	Relação ser humano-meio ambiente em uma reserva extrativista: (auto)reflexões para a educação ambiental	Diógenes Valdanha Neto; Maria Betanea Platzer; Diego Ferreira Gomes;	Comunidade ribeirinha da Amazônia	<b>Ribeirinhos</b> - A pesquisa investigou a relação ser humano-meio ambiente de uma comunidade ribeirinha da Amazônia. A principal questão de pesquisa foi: como moradores da Reserva Extrativista do Lago do Cuniã compreendem e avaliam sua relação com o meio ambiente? A pesquisa ocorreu no espaço escolar, mediante aplicação de 24 questionários, triangulados a observações diretas da vida comunitária e conversas informais
2021	“Se acabar o rio, a comunidade acaba”: dimensão pedagógica do racismo ambiental	André Carneiro Melo; Marco Antônio Leandro Barzano	Barreiros de Itaguaçu/ Bahia	<b>Quilombolas</b> - O artigo analisa as práticas educativas que emergem das situações de conflito nas quais valorizasse a ancestralidade e o direito ao território quilombola.
2021	Etnoconservação e educação ambiental no Brasil: resistências e aprendizagem numa comunidade tradicional	Diógenes Valdanha Neto; Pedro Roberto Jacobi	São Carlos do Jamari/ Rondônia	<b>Pescadores</b> – O texto traz um estudo de caso realizado na comunidade ribeirinha de São Carlos do Jamari, localizada no estado de Rondônia, com os objetivos de compreender qual a interpretação feita por esses comunitários sobre o desastre da inundação sofrida em 2014 e de compreender quais mudanças foram fomentadas pelos processos de aprendizagem social que permearam esse grupo nesse contexto.

Os estudos trazem diferentes abordagens e percepções de educação ambiental em determinadas comunidades tradicionais. Diversas metodologias foram utilizadas pelos autores

durante a pesquisa, dentre elas: pesquisas de campo; estudo de caso; aplicação de questionários com as lideranças, moradores e alunos da comunidade; realização de entrevistas; visitas técnicas; oficinas de diálogos e rodas de conversa através de grupo focal.

Figura 1. Frequência de ocorrência das comunidades tradicionais que foram estudadas nos trabalhos levantados durante a revisão bibliográfica

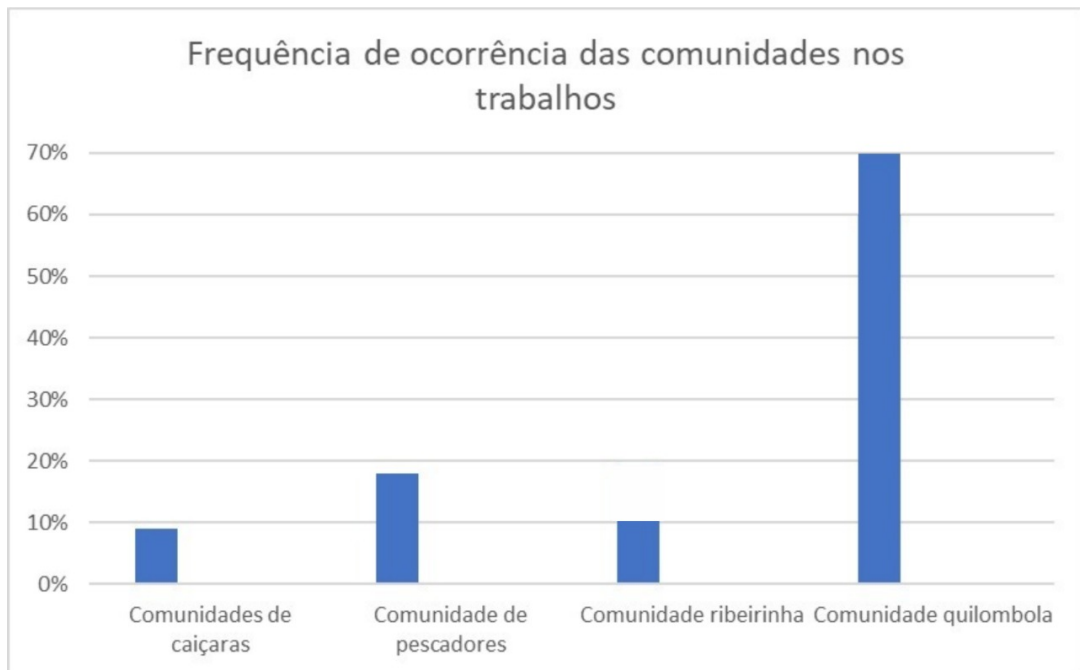
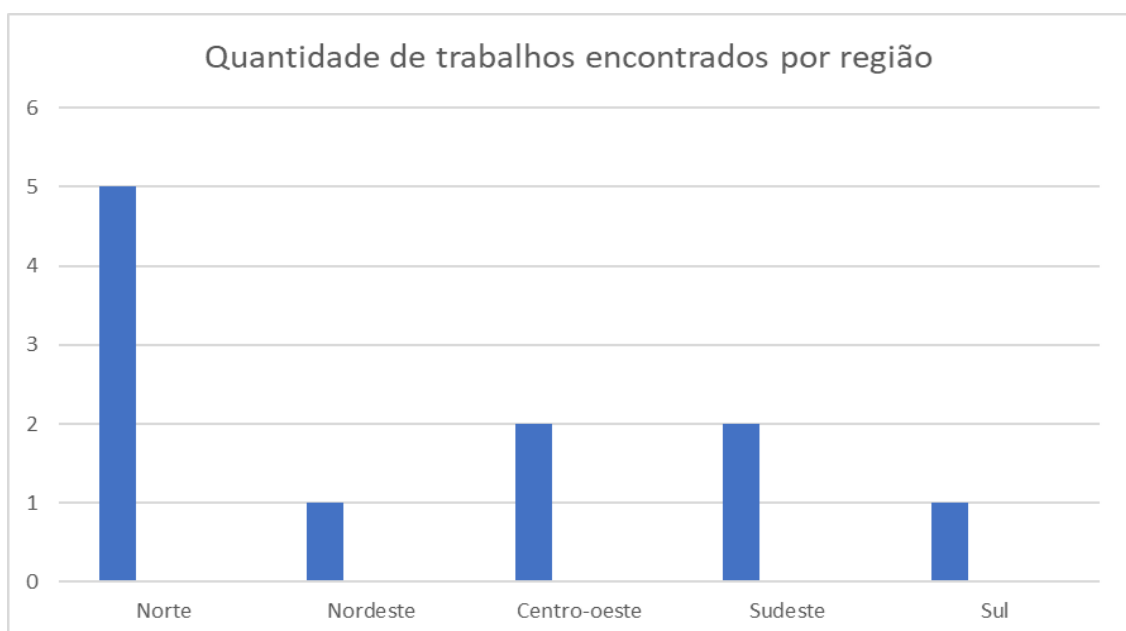


Figura 2. Quantidade de trabalhos encontrados por região





A figura apresenta o quantitativo de 11 trabalhos sobre a Educação Ambiental em comunidades tradicionais, destacamos os quantitativos de trabalhos desenvolvidos pela região Norte com 5 trabalhos.

Na região Norte apresenta a temática em desenvolvimento de pesquisas nas comunidades quilombolas, ribeirinhas e de pescadores, evidenciado na tabela 2. A maior região do Brasil em extensão territorial e envolve sete estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins; dentre os sete estados, quatro são citados nos trabalhos encontrados. Dos trabalhos encontrados 3 (três) voltados para as comunidades quilombolas nos estados de Rondônia, Pará e Tocantins; 1 (um) voltado para os ribeirinhos no estado do Amazonas e 1 (um) para os pescadores no estado de Rondônia.

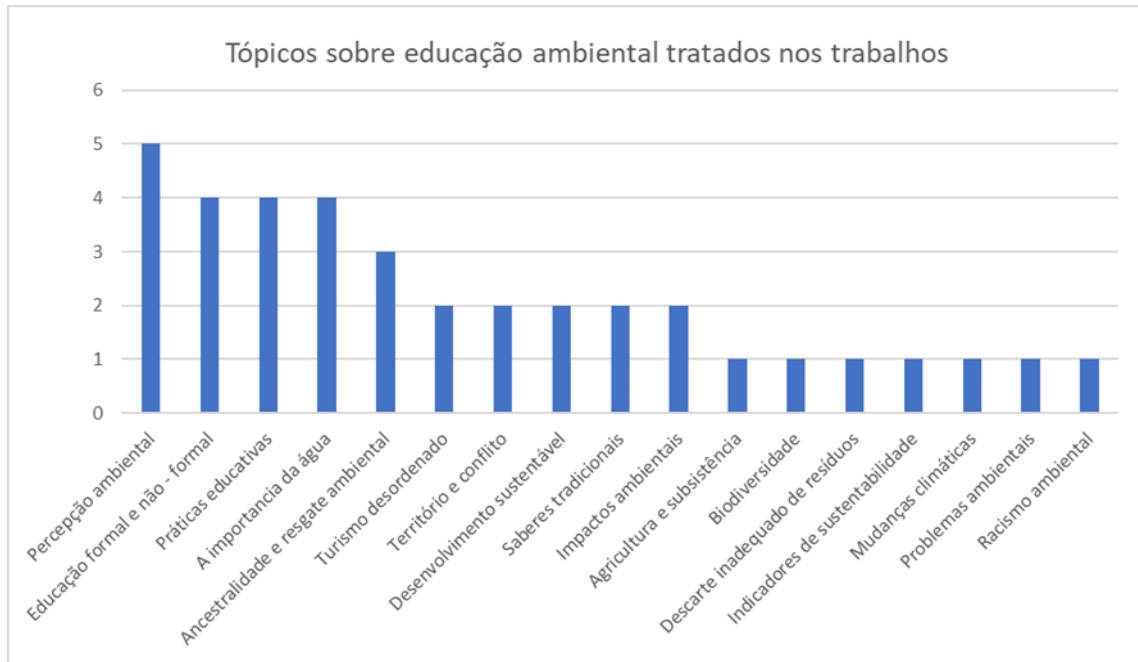
A região nordeste apresenta a temática em desenvolvimento de pesquisas em comunidades quilombolas. A região nordeste é composta pelos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. Sobre a temática que se restringe em apenas 1 (um) achado corresponde ao estado da Bahia; isso demonstra a ausência de estudos/investigação do campo na área ambiental, apresentando a lacuna da discussão dentro da comunidade científica da região.

Na região Centro Oeste as pesquisas desenvolvidas ganham maior visibilidade os estudos em comunidades quilombolas 2 (dois). A região é composta pelos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e o Distrito Federal. Apesar do quantitativo de comunidades serem menor nessa região foi possível identificar 2 (dois) achados correspondente ao estado do Mato Grosso, contribuindo assim para o desenvolvimento do tema pesquisado.

A região Sudeste é composta pelos estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Durante a pesquisa identificamos a ocorrência de 2 (dois) trabalhos na região: 1 (um) relacionado a comunidade Caiçara no estado do Rio de Janeiro e o outro relacionado às comunidades Quilombolas no estado de Minas Gerais.

A região Sul apresenta apenas 1 (um) trabalho voltado para as comunidades de pescadores. É formada pelos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Durante a pesquisa identificamos 1 (um) achado correspondente ao estado de Santa Catarina.

Figura 3. Temáticas tratadas nos artigos analisados.



Os artigos, de maneira geral, apresentam a narrativa da preservação do espaço ambiental como tratativa que é desenvolvida em cada estudo. O gráfico representa a incidência da temática presente nas pesquisas, de maneira que um mesmo artigo pode estar localizado em mais de um tópico.

## 5. DISCUSSÃO

### 5.1 Regiões de ocorrência dos trabalhos

A região Norte apresentou a ocorrência de 5 (cinco) trabalhos durante a pesquisa, nos estados de Rondônia, Pará e Tocantins e Amazonas, os quais contemplam quatro dos sete Estados da região. Uma das prováveis causas para esse resultado é a Amazônia apresentar grande destaque por toda a sua importância biológica, socioambiental e climática é a concentração da grande biodiversidade na floresta amazônica (PERES et al., 2010; GARDNER et al., 2013; MALHI et al., 2008). Era esperado que houvesse um número de maior de trabalhos nessa região, pois o índice de comunidades tradicionais inseridas na região é alto. Segundo dados do Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2010, a atual população indígena brasileira, é de 896,9 mil indígenas, presentes nas cinco regiões do Brasil, sendo que a região Norte é aquela que concentra o maior número de indivíduos, 342,8 mil (FIOCRUZ,2015).

Mesmo com esse resultado não encontramos trabalhos direcionados à essas comunidades nas bases de dados pesquisadas.

A região Norte concentra o maior número de babaçuais do Brasil, são encontrados entre os estados do Pará, Tocantins e Amazonas (TAURINO, 2017.p.1). Vieira e Souza (2018), avaliaram a percepção sobre “sustentabilidade” em uma comunidade de mulheres quebradeiras de coco (babaçueiros) no estado do Tocantins, destacam que o conceito de sustentabilidade, produzido pela sociedade moderno-colonial, por vezes desconsidera o posicionamento de outros saberes, como observado na comunidade tradicional avaliada. Entretanto, também não encontramos trabalhos voltados para os babaçueiros nas bases de dados pesquisadas.

As Políticas Públicas implementadas na região Norte do Brasil vêm sendo marcadas pelos interesses e estratégias de expansão das relações capitalistas, “mediante as correlações de força existentes nas diferentes esferas do poder, que incidem, diretamente, no modo de vida das comunidades tradicionais” (CHAVES, 2001). Vale salientar aqui a importância das pesquisas em comunidades tradicionais, as quais não podem ser esquecidas, visto que, precisam ser amparadas e respeitadas diante da divergência de costumes entre a realidade colonial.

A região Nordeste apresentou a ocorrências de apenas 1(um) trabalho durante a pesquisa, no estado da Bahia. Segundo o IBGE a Bahia é o estado que apresenta o maior número de localidades quilombolas do país, são 1.046 no total, essa é uma provável causa para esse resultado. Esperávamos encontrar um número maior de trabalhos nessa região. De acordo com Krupczak e Silveira (2019), a produção de pesquisas acadêmicas na região Nordeste estão voltadas em grande parte para os Congressos e Encontros de Pesquisa. Através deste dado, é possível identificarmos como consequência para essa pesquisa, a falta de divulgação via bases de dados nacionais e internacionais da produção acadêmica na região nordeste, através dela o andamento das publicações no país, terá alcance mundial, influenciando assim os autores a publicar suas pesquisas nas respectivas bases de dados.

De acordo com Krupczak e Silveira (2019), os trabalhos voltados para a EA está em 8ª colocação, as duas linhas com mais pesquisas no estado são: Formação de Professores e Ensino e Aprendizagem de Conceitos Científicos, esses temas de trabalhos se deve à conceituação das linhas temáticas de pesquisa, que são genéricas e permitem múltiplas interpretações e a entrada de diversos trabalhos diferentes.

A Região Sul registrou apenas um trabalho, no estado de Santa Catarina. Era esperado que houvesse um número maior de trabalhos nessa região dada sua importante contribuição na preservação dos recursos naturais e da diversidade biológica do planeta (AMBIENTE BRASIL,2021). Conforme Catalão (2009) o silenciamento acerca da educação ambiental,

mesmo por parte dos pesquisadores, é uma realidade no Brasil, sendo este talvez um dos motivos para o pequeno número de publicações encontradas no presente trabalho.

A região Centro-Oeste apresentou a ocorrência de 2 (dois) trabalhos durante a pesquisa, ambos correspondentes ao estado do Mato Grosso, assim como a Região Sudeste com 2 (dois) trabalhos encontrados nos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Taglieber (2003) destaca o grande número de teses e dissertações publicados sobre EA em ambientes não escolarizados, indicando que talvez, a informação via artigo científico possa não ser a principal forma de disseminação destas informações. Carvalho e Farias (2011), destacam a elevada quantidade de trabalhos voltados à educação ambiental em comunidades tradicionais, publicados em eventos acadêmicos, indicando que, além das teses e dissertações, essa possa ser também uma forma de divulgação que não foi abordada neste estudo. Além disto, Carvalho e Schmidt (2008) destacam que a divulgação e estudo da EA tem sido feita, em maior parte, em ambientes formais de ensino, desconsiderando, portanto, o perfil avaliado no presente trabalho.

A pesquisa acadêmica traz uma importante contribuição nas comunidades, unindo informações e argumentos para fortalecer os direitos dos povos tradicionais (CUNHA; MAGALHÃES; ADAMS.2022. p.38), e isso precisa ser feito com consciência de suas necessidades sociais, políticas e ambientais. Isso seria uma sugestão para que os pesquisadores formulem seus estudos a partir dessa realidade e dos interesses das comunidades tradicionais que, como já sabemos, carecem ainda da efetivação de direitos já estabelecidos.

Sánchez e Cavalari (2021), enfatizam que o esforço para abordar as comunidades tradicionais de forma respeitosa, ainda é mínima nos trabalhos aqui no Brasil, o que explicável pela ciência social hegemônica brasileira, que é baseada no colonialismo ocidental, o qual, indiscutivelmente, foi responsável por muitos episódios violentos em tais comunidades. Os autores destacam que é necessário um diálogo horizontal entre os pesquisadores e os membros das comunidades tradicionais, para que desta forma, seja possível entender melhor e, quando possível, auxiliar tais comunidades no que for preciso.

Desta forma, mais trabalhos voltados a estas comunidades podem ser realizados e disponibilizados para a comunidade científica a fim de, principalmente, auxiliar a forma de abordar a diversidade de comunidades tradicionais do Brasil.

Para entender o baixo índice dos trabalhos encontrados nas bases de dados usadas durante a pesquisa, realizamos uma breve análise e identificamos que os temas voltados para EA mais recorrentes estão relacionados à “Educação Ambiental formal e não formal”, um tema presente na sociedade atual, com pesquisas desenvolvidas em ambientes formais de ensino. O

resultado dessa análise nas bases de dados foi: na Scielo foram encontrados 24 artigos, na Web of Science encontramos 17 artigos e na LILACS não houve ocorrência; um número superior aos trabalhos voltados para o tema deste trabalho.

## 5.2 Tipos de Comunidade

As comunidades com maior frequência nos trabalhos foram as comunidades Quilombolas, que aparecem em 70% (setenta) dos trabalhos. Os estados com ocorrência de trabalhos sobre comunidades quilombolas foram Mato Grosso (dois trabalhos), Bahia (um trabalho), Rondônia (um trabalho), Minas Gerais (um trabalho) e Tocantins (um trabalho). Regionalmente, verifica-se a predominância de remanescentes de quilombos na região Nordeste (63,5%), seguidos do Sudeste (13,5%), Norte (12,3%), Sul (6,1%), e Centro-Oeste (4,6%). O Governo Federal estima que o Brasil possui 214 mil famílias e 1,17 milhão de quilombolas (BRASIL, 2013a).

As comunidades quilombolas estão localizadas em quase todos os estados do país, com exceção do Acre e de Roraima. Estimativas da sociedade civil totalizam cerca de 5 mil comunidades quilombolas em todo país, no entanto 3.495 comunidades são certificadas pela Fundação Cultural Palmares (BRASIL, 2015a).

As comunidades de pescadores apresentaram a frequência de 20% (vinte) dos trabalhos. Os estados com ocorrência de trabalhos sobre comunidades de pescadores foram Rondônia (um) trabalho e Santa Catarina (um) trabalho. Isso está relacionado aos pescadores artesanais no Brasil serem responsáveis por mais de 50% da produção nacional de pesca extrativa, e representando mais de 90% dos pescadores registrados no Registro Geral de Atividade Pesqueira - RGP (GONÇALVES, 2021,p.102). As comunidades tradicionais pesqueiras espalhadas por todo Brasil de norte a sul, vivem ao longo dos 8.500 km da costa brasileira e em torno dos 13% das águas doces do mundo localizadas no país (CPP,2015), garantindo a resistência da pesca artesanal e a proteção dos territórios naturais em processo de urbanização.

As comunidades ribeirinhas representaram 10% (dez) dos trabalhos. O estado com ocorrência do trabalho foi o Amazonas. Os ribeirinhos são uma referência de população tradicional na Amazônia, a iniciar pela forma de comunicação, no uso das representações dos lugares e tempos de suas vidas na relação com a natureza (CHAVES ,2001). Para os ribeirinhos, os rios traduzem um grande significado configurando-se como um complemento indissociável nas suas vidas (FARIAS,2021. p.9), nessa perspectiva os ribeirinhos são partes de um todo. Enquanto rio oferece água, os alimentos, fertiliza suas margens nas cheias e vazantes, “os

ribeirinhos lhe oferecem a proteção por meio de suas representações, seus mitos” (LIRA; CHAVES, 2016; DA GLORIA; PIPERATA, 2019).

As comunidades caiçaras apresentaram 10% (dez) dos trabalhos. O estado com ocorrência do trabalho foi o Rio de Janeiro. As caiçaras representam um forte elo entre o homem e seus recursos naturais, gerando um raro exemplo de comunidade harmônica com o seu ambiente. As relações de trabalho nestas comunidades são: a pesca, que agrega toda a comunidade e a agricultura, cujos limites são exclusivamente familiares. (TOFFOLI; MANSUR, 2019). A cultura caiçara em geral sofreu grande impacto nos últimos quarenta anos, com o avanço do turismo e do aumento do crescimento imobiliário, dificultando assim o modo de vida das populações tradicionais caiçaras (GARROTE, 2014.p.16).

### 5.3 Abordagens de Educação Ambiental Formal e não formal

Quanto ao quantitativo de educação formal e não formal, dentre os 11 trabalhos encontrados durante a pesquisa, apenas 1 apresentou educação ambiental formal. A pesquisa ocorreu no espaço escolar, mediante aplicação de 24 questionários triangulados; a comunidade possui uma escola municipal com 120 alunos (60 anos iniciais e 60 anos finais), com essa pesquisa o intuito do autor foi questionar a relação ambiental de pessoas que vivem por gerações no interior de uma Unidade de Conservação, na maior floresta tropical do mundo. A partir dos dados são tecidas (auto)reflexões para o campo da pesquisa em educação ambiental, salientando a historicidade da noção de meio ambiente e suas implicações para se desenvolver investigações e ações com povos em relação de interdependência direta com a natureza.

Os outros 10 trabalhos que apresentam a discussão sobre Educação Ambiental não – formal, comprovam a relevância da mediação na comunidade por meio de intervenções e hábitos educativas voltadas à compreensão da comunidade sobre as questões ambiental e seu arranjo e atuação na proteção da particularidade do meio ambiente; por meio de oficinas e oferta de cursos, com intuito de promover processo de retira de matéria prima consciente e sustentável, além disso, a concepção ambiental presente neste estudo é de conservação do ambiente e preservação do habitat natural.

Apesar das comunidades tradicionais indígenas serem pré-coloniais, e já estarem no Brasil antes dos europeus, já ocupavam o território, divididos entre várias tribos, não encontramos estudos nessas comunidades, no que trata de educação ambiental. Era esperado que houvesse inúmeros trabalhos direcionados a essa temática, pois os indígenas tendem a preservar seu território e passam de geração para geração os ensinamentos, cuidados e manejo

dos recursos ali encontrados. Ao contrário das comunidades indígenas, as comunidades Quilombolas foram as de maior ocorrência na pesquisa, 70% dos estudos encontrados.

De acordo com a figura 3, as maiores incidências são das pesquisas que trabalham sobre a percepção ambiental, estas pesquisas demonstram metodologias diferentes, porém apresentam como objetivo principal a percepção dos moradores sobre o ambiente em que eles estão inseridos, por meio de fotografias e paisagens. A alta incidência desse tema nos trabalhos se dá pela importância dos espaços ambientais como maneira de manutenção das crenças e costumes das comunidades tradicionais. “A incorporação do conhecimento da percepção ambiental dos sujeitos acerca da paisagem pode favorecer ações de Educação Ambiental mais efetivas [...]” (MARCOMIN; SATO, 2016. p.159). Esse assunto está entre os mais frequentes por causa da importância de se compreender as múltiplas expressões e significados que as populações apresentam sobre as relações existentes entre o ser humano e o meio ambiente, e através dessa compreensão buscar contribuir para práticas sustentáveis.

A Educação formal e não-formal também está entre as abordagens mais frequentes nos trabalhos, essa ocorrência está ligada à causa do atual desafio da Educação Ambiental promover uma discussão inter(trans)disciplinar, onde todos são responsáveis pelo processo, inclusive compartilhando da tomada de decisão e responsabilidade nas comunidades tradicionais. “A Educação Ambiental compete considerar os sujeitos como integrantes e partícipes da construção de saberes e da formação de cidadãos comprometidos com a sustentabilidade e com a sociedade que almejamos conceber” (MARCOMIN; SATO, 2016. p.183).

As pesquisas sobre práticas educativas também estão próximas dos temas descritos na figura 3, porém, neste caso, as práticas de formação são realizadas dentro de instituições escolares com o intuito de desenvolver o amadurecimento da concepção de educação ambiental, além disso, esses estudos apresentam que de maneira incipiente os moradores das comunidades tradicionais apresentam conhecimento sobre a temática. Os dois assuntos estão interligados, pois buscam compreender as práticas educativas associadas à educação formal e não-formal, com isso é possível entender que a educação ambiental se constitui não apenas no espaço escolar, mas em espaços onde ocorra a inclusão do saber identitário das diferentes formas de conhecimento repassados.

Apresenta-se à escola o desafio de pensar-se e construir-se a partir desse universo cultural singular, evitando o esvaziamento de sentidos da Educação Ambiental. O desafio é lançado não apenas aos docentes, mas a toda a estrutura e sistema burocrático educacional brasileiro que tem dificuldades (orçamentárias e políticas) de lidar com a realidade brasileira com respeito e valorização da diversidade que é imposta pela concretude de sua história. (VALDANHA NETO; PLATZER; GOMES, 2020. p.13).

É importante ressaltar que a abordagem pedagógica sobre educação ambiental nas escolas é meramente comportamental “fechem a torneira ao escovar os dentes”, “não jogue lixo no chão”. É necessário que estudos sobre essa temática sejam publicados e levem o real significado da questão ambiental.

Os trabalhos que tratam sobre a importância da água também apresentam grande relevância nos temas encontrados, estes estudos estão mais centrados na preservação de mananciais e recuperação de nascentes de rios, esses estudos apresentam como a influência, do processo capitalista no desenvolvimento e degradação ambiental. “[...] o valor da água transcende o capital, ou meramente o seu uso pela espécie humana. Ela encerra um valor espiritual, político e sobremaneira ético à compreensão do que se denomina de vida [...]” (AMORIM; SILVA; SATO, 2017. p.132). Essa temática é muito importante porque promove uma reflexão sobre a escassez da água, é uma das consequências trazidas pelas mudanças climáticas ou pela ação geradas pelo descaso do humano com o meio ambiente. Esse tema não é ocorrente só nas comunidades tradicionais, mas em todas as populações existentes no planeta.

O turismo desordenado está entre os temas descritos na figura 3, com menor ocorrência, mas não deixa de ter a mesma importância dos demais. O tema revela que as alterações ocorridas com a paisagem pela alta exploração imobiliária, e o aumento turístico durante o verão nas regiões litorâneas pesqueiras, geram significativas mudanças na paisagem local.

Alguns estudos apresentam o resultado do processo de invasão de terras das comunidades tradicionais e seus efeitos para o processo de organização das comunidades, bem como isso afeta no processo cultural? Afeta diretamente no território da comunidade, pois essas lutam se perpetuam por milhares de anos, geram conflitos que dependendo da gravidade podem levar até a morte e os mais prejudicados são os moradores. Advindos de práticas desordenadas pelo processo capitalista e de invasão de terras, que acaba gerando interferência no processo de organização social destas comunidades. “Dentro do mundo relacional, a defesa do território, da vida e da terra é uma causa comum” (MELO; BARZANO, 2021.p14). É importante que se mantenha a valorização da ancestralidade e o direito ao território seja ele em qualquer comunidade tradicional.

Por fim, entre os temas com maior incidência na figura 3, apresenta-se o processo de ancestralidade e resgate cultural, as pesquisas que apresentam este tópico de discussão, relaciona o processo de degradação ambiental das comunidades tradicionais. A degradação sofrida pelo meio ambiente está diretamente relacionada as práticas realizadas nas comunidades tradicionais, na agricultura por exemplo, as queimadas para plantio de legumes (milho, inhame,



mandioca etc.) nem sempre essas práticas ancestrais favorecem ao meio ambiente, é necessário repensar e buscar ações que busquem práticas de educação ambiental com a população que em sua maior parte depende da agricultura para sobrevivência.

Os trabalhos dentro desta perspectiva apresentam ações que podem ser executadas para manter a ancestralidade e a cultura destas comunidades.

Alguns trabalhos dentro do campo do ensino de ciências quando problematizados em comunidades remanescentes ou tradicionais estão centrados no desenvolvimento do ensino de ciências como processo de fortalecimento da identidade, enfatizando os saberes tradicionais, além disso, nas pós-graduações em educação poucos são os pesquisadores que se debruçam para estudar a educação ambiental em comunidades tradicionais.

Diante da visão dos autores, há a necessidade de mudar as políticas públicas atualmente aplicadas nas comunidades tradicionais para promover a gestão participativa na área para auxiliar a EA, visando minimizar as preocupações ambientais. As comunidades tradicionais (moradores/ lideranças/ alunos) veem a prática da educação ambiental como referência de manutenção e sobrevivência, e para continuar usufruindo dos bens disponíveis no meio ambiente é preciso cuidar, proteger e principalmente incentivar as futuras gerações no modo de vida dessas comunidades. É possível que essas comunidades mantenham relações práticas e inclusivas, onde as ações humanas estimulem a biodiversidade e a sustentabilidade.

O conjunto de artigos encontrados durante a pesquisa, revelou a importância das ações desenvolvidas nas comunidades tradicionais, no sentido de melhorar a compreensão da relação entre ser humano-natureza-conservação-aprendizagem. Para entender e favorecer essas ações de educação ambiental é necessário que haja a compreensão da reconstrução de valores, mudanças de atitudes e principalmente que os saberes sejam parte da formação cidadã no sentido de demonstrar que os saberes tradicionais existentes nas comunidades são amparados pela experiência de vida e pela cultura oral, contribuem para o uso equilibrado dos bens naturais e para a conservação ambiental.

## **6. CONCLUSÃO**

As pesquisas sobre educação ambiental analisadas neste estudo apresentam uma discussão inter-relacionada entre preservação ambiental e o processo cultural das comunidades tradicionais. As pesquisas apresentam o processo de educação ambiental se constrói a partir de espaços em que a diversidade se faz presente por meio de análises de costumes culturais específicos de cada comunidade, das relações de gênero, das relações entre os grupos sociais e

o meio ambiente; que podem coadunar para o debate no campo das políticas públicas, em específicos da Política de Educação Ambiental.

As práticas formativas para a educação ambiental apresentada nos estudos são capazes de sensibilizar os jovens e adultos da comunidade para darem continuidade no processo de manutenção e preservação do espaço ambiental, além disso, emprega-se um processo educacional de uso consciente dos recursos naturais dando capacidade para que as comunidades continuem com o processo de extração artesanal de matéria prima para produção de produtos e artesanatos.

Os estudos ainda referenciam a importância da manutenção da ancestralidade e cultura específica de cada comunidade como processo de identidade e pertencimento a determinado grupo étnico. A manutenção destes aspectos é importante para o processo de manutenção da tradição para as gerações futuras.

Ao desenvolvermos essa pesquisa, esperávamos um número maior de trabalhos voltados para à EA em comunidades tradicionais. A metodologia utilizada através das bases de dados pode ser a causa para os resultados. Além disto, ampliar as fontes de busca para outras bases de dados poderia, talvez, originar um quantitativo maior de artigos aqui trabalhados, em cada uma das regiões avaliadas, bem como a busca por trabalhos de teses e dissertações ou aqueles apresentados em congressos acadêmicos.

## REFERÊNCIAS

ACHKA, Marcel. El bioma pampa: um Território em disputa. In: WIZNIEWSKY, C. R. F.; FOLETO, E. M. **Olhares sobre o Pampa [recurso eletrônico]:** um Território em disputa. Porto Alegre: Evangraf, p. 126-140, 2017.

ALAGOAS, Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio. **Estudo sobre as comunidades Quilombolas de Alagoas.** Maceió: SEPLAG, 2015. 44p.

AMORIM, Priscilla M; SILVA, Regina A; SATO, Michele T. Latas d'água nas cabeças: Percepções sobre a água na comunidade quilombola de Mata Cavallo. **Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient.** Rio Grande, v. 34, n. 3, p. 130-146, set./dez. 2017.

BARRETO FILHO, Henyo Trindade. Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter (orgs.). **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade.** São Paulo: FAPESP; Annablume, 2006. p.109-143.

BENCKE, Glayson Ariel; CHOMENKO, Luiza; SANT'ANNA, Danilo Menezes. O que é o Pampa. In: CHOMENKO, L.; BENCKE, G. A. **Nosso Pampa Desconhecido.** Porto Alegre: Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, p. 16-27, 2016.

BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do ato das disposições constitucionais transitórias. Disponível em <  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4887.htm#:~:text=D4887&text=DECRETO%20N%C2%BA%204.887%2C%20DE%2020,Ato%20das%20Disposi%C3%A7%C3%B5es%20Constitucionais%20Transit%C3%B3rias](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm#:~:text=D4887&text=DECRETO%20N%C2%BA%204.887%2C%20DE%2020,Ato%20das%20Disposi%C3%A7%C3%B5es%20Constitucionais%20Transit%C3%B3rias) >. Acesso em 31 de janeiro de 2021.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Guia de Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas: Programa Brasil Quilombola. Brasília, 2013a.

\_\_\_\_\_. Ministério da Cultura. Fundação Cultural Palmares. Quadro Geral de Comunidades Remanescentes de Quilombos. Brasília, 2015a.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm) >. Acesso em: 07 fev.2022.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015. Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, o Artigo 1, a alínea j do Artigo 8, a alínea c do Artigo 10, o Artigo 15 e os §§ 3º e 4º do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras

providências. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13123.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13123.htm)>. Acesso em: 14 jun. 2022.

BRASIL. Programa Nacional de Educação Ambiental. **ProNEA**, Ministério do Meio Ambiente, 3ª Ed, Brasília:MMA,2005,102p.

BRASIL, Lei 9.795 de 27 de abril de 1999, dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm)>. Acesso em: 21 fev. 2021.

BRASIL, Ministério da Cidadania. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social: Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: < <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/direito-a-alimentacao/povos-e-comunidades-tradicionais>>. Acesso em: 10 jun.2022.

BRASIL. IBGE Educa Jovens. Base de Informações Geográficas e Estatísticas sobre Indígenas e Quilombola: quilombolas no Brasil. Disponível em:< <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/21311-quilombolas-no-brasil.html>>. Acesso em: 20 jun. 2022.

CABRAL, Eugênia Rosa; SANTOS, Alessandra Livia Lima; GOMES, Sérgio Castro. Responsabilidade Social e Ambiental e Desenvolvimento local Sustentável: O Caso do Projeto de Educação Ambiental e Patrimonial-PEAP. **Revista de Gestão Ambiental e sustentabilidade**, v. 4, n. 1, p. 91-107, 2015. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/4716/471647050007.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2022.

CALEGARE, Marcelo Gustavo Aguilar; HIGUCHI, Maria Inês Gasparetto; BRUNO, Ana Carla dos Santos. Povos e comunidades tradicionais: das áreas protegidas à visibilidade política de grupos sociais portadores de identidade étnica e coletiva<sup>1</sup>. **Ambiente & sociedade**, v. 17, p. 115-134, 2014. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/asoc/a/p7wF9cdBy6JZc5rkcSnHMPP/?format=html&lang=pt> >. Acesso em: 10 abr.2022

CÂMARA, Cascudo Luís - 1957. **Os Jangadeiros**. Rio de Janeiro, MEC.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Populações tradicionais e a Convenção da Diversidade Biológica. **Estudos avançados**, v. 13, p. 147-163, 1999. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/j6KPbNjZLGcwXMpbRGyVZ8y/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 11 abr. 2022.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naif, 2009.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Questões suscitadas pelo conhecimento tradicional. **Revista de Antropologia da USP**, São Paulo, v. 55, n. 1, 2012.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Savoirs contre pauvreté. **L'annuaire du Collège de France. Cours et travaux**, n. 112, p. 725-746, 2013. Disponível em: < <https://journals.openedition.org/annuaire-cdf/961>>. Acesso em: 14 abr. 2022.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela; ALMEIDA, Mauro W. Barbosa. Populações indígenas, povos tradicionais e preservação na Amazônia. **Biodiversidade na Amazônia brasileira**.

**Avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios.** São Paulo: Instituto Socioambiental e Estação Liberdade, p. 184-193, 2001.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura; FARIAS, Carmen Roselaine de Oliveira. Um balanço da produção científica em educação ambiental de 2001 a 2009 (ANPED, ANPPAS e EPEA). **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, p. 119-134, 2011.

DE MOURA CARVALHO, Isabel Cristina; SCHMIDT, Leticia Santos. A pesquisa em educação ambiental: uma análise dos trabalhos apresentados na ANPED, ANPPAS e EPEA de 2001 a 2006. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 3, n. 2, p. 147-174, 2008

CATALÃO, Vera Lessa. Cenário Temático da pesquisa em educação ambiental no contexto da ANPED. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 4, n. 2, p. 135-145, 2009.

CHAVES, Maria P. S. R. **Uma experiência de pesquisa- -ação para gestão comunitária de tecnologias apropriadas na Amazônia:** o estudo de caso do assentamento de Reforma Agrária Iporá. 2001. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

**COMUNIDADES** tradicionais pesqueiras: arte e sustento nas terras brasileiras. CPP - Conselho Pastoral dos Pescadores, 2015. Disponível em:< <http://cppnacional.org.br/noticia/comunidades-tradicionais-pesqueiras-arte-e-sustento-nas-terras-brasileiras>>. Acesso em: 09 jun. 2022.

**COMUNIDADES** em perigo. Repórter Brasil, 2005. Publicado em 01 de abril de 2005. Disponível em< <https://reporterbrasil.org.br/2005/04/comunidades-em-perigo/>>. Acesso em: 28 mai.2022.

CMBio. **Livro Vermelho da fauna brasileira ameaçada de extinção.** Brasília, DF: ICMBio/MMA, 2018. Disponível em: < <https://www.gov.br/icmbio/pt-br>>. Acesso em: 18 jun.2022.

CUNHA, Paloma Sol Hertz. Modos de vida e de produção caiçara e manejo local da mata atlântica: análise da resiliência ecológica e cultural. **Departamento de Geografia.** UFRJ – CCMN – IGEO, 2005. Disponível em< [http://arquivos.proderj.rj.gov.br/inea\\_imagens/downloads/pesquisas/RE\\_Juatinga/Hertz\\_2005.pdf](http://arquivos.proderj.rj.gov.br/inea_imagens/downloads/pesquisas/RE_Juatinga/Hertz_2005.pdf) >. Acesso em: 07 jul.2022.

CUNHA, M. Carneiro; Magalhães, S. Barbosa; Adams, Cristina. **Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil:** contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças. São Paulo: SBPC, 2022. 290 p.

CUNHA, M. C. da. Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico. **Revista USP**, [S. l.], n. 75, p. 76-84, 2007. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i75p76-84. Disponível em:< <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/1362> >. Acesso em: 6 jul. 2022.

DALMORA, Eliane. **Educação ambiental.** Indaial: Uniasselvi, 2011. 197 p.

DIEGUES, Antônio Carlos. **Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil.** São Paulo, 2000, 221p.

**ECOBRAZIL**, Ecoturismo – Ecodesenvolvimento. Comunidades ou Populações Tradicionais. Publicado em: 29 março 2018. Disponível em <<http://www.ecobrasil.eco.br/noticias-rodape/1272-comunidades-ou-populacoes-tradicionais>>. Acesso em: 20 dez.2021.

EL-HANI, Charbel N. **Blog Darwinianas**. Integrando conhecimentos científicos e tradicionais na conservação. Disponível em: <<https://darwinianas.com/2018/05/01/integrando-conhecimentos-cientificos-e-tradicionais-na-conservacao/>>. Acesso em: 31 mai. 2022.

**EMBRAPA**, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Contando Ciência na Web - Regiões. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/contando-ciencia/regiao-sul>>. Acesso em: 10jun.2022.

Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. *Brazilian Journal of Physical Therapy*, v. 11, p. 83-89, 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbft/a/79nG9Vk3syHhnSgY7VsB6jG/?lang=pt&format=html>> Acesso em: 09 mar. 2022.

**FUNAI**. Fundação Nacional do Índio. O Brasil indígena. Disponível em: <<https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/povos-indigenas/o-brasil-indigena-ibge-1> >. Acesso em 06 de julho de 2022.

GARROTE, Valquíria. Os quintais Caiçaras, suas características socioambientais e perspectivas para a comunidade do sacó do Mamanguá, Paraty, RJ.2004. 186 p.  
GARCÉS, C. L. L.; AZEVEDO, C.; DE OLIVEIRA, A. G. Cartilha Proteção aos conhecimentos dos povos indígenas e das sociedades tradicionais da Amazônia. 4ª edição. Brasília 2012.

GONÇALVES, Paulo Rogério. **Diagnóstico, desafios e caminhos da conservação e uso sustentável das zonas costeiras e marinhas do Brasil**: agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, ODS-14 / Paulo Rogério Gonçalves. – Brasília: Enap, 2021. 189 p.: iL – Cadernos Enap, 77.

HOFSTADTER, L. J. V.; OLIVEIRA, H. T.; SOUTO, F. J. B. Uma contribuição da educação ambiental crítica para (des)construção do olhar sobre a seca no semiárido baiano. *Ciênc. Educ.*, Bauru, v. 22, n. 3, p. 615-633, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ciedu/a/szZgTm4YQXXgmg8vjKwK3qp/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 18 jun.2022.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- Indígenas: gráficos e tabelas/ População residente, segundo a situação do domicílio e condição de indígena – Brasil Censo Demográfico 1991/2010. Disponível em <<https://indigenas.ibge.gov.br/graficos-e-tabelas-2.html>> Acesso em: 28 mai.2022.

INEA. Instituto Estadual do Ambiente. **Educação ambiental**: conceitos e práticas na gestão ambiental pública/Instituto Estadual do Ambiente. Rio de Janeiro: INEA, 2014. 52p;

KRUPCZAK, Carla; SILVEIRA, Camila. A produção acadêmica da região Nordeste: uma análise nas atas do encontro nacional de pesquisa em educação em ciências. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**. Mossoró, v. 5, n. 15, 2019.

LIBERATI, Alessandro *et al.* The PRISMA statement for reporting systematic reviews and meta-analyses of studies that evaluate health care interventions: explanation and elaboration. **Journal of clinical epidemiology**, v. 62, n. 10, p. e1-e34, 2009. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0895435609001802>>. Acesso em: 20 abr.2022

LIMA, A. G. M; OLIVEIRA, J. C; SHIRATORI, Karen. **Conhecimentos, práticas e visões de mundo**. Medellín, Colombia, 18-24 mar. 2018 p. 9. Disponível em: <<https://www.ipbes.net/events/ipbes-6-plenary>>. Acesso em: 7 fev. 2022.

LIRA, Talita de Melo; CHAVES, Maria do Perpétuo S. R. **Comunidades ribeirinhas na Amazônia**: organização sociocultural e política. Interações (Campo Grande), Campo Grande, v. 17, n. 1, p. 66-76, Mar. 2016.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Contribuições teórico-metodológicas para a educação ambiental com povos tradicionais. **Ensino, Saúde e Ambiente**, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/ensinosaudeambiente/article/download/40188/24445>> Acesso em 29 de março de 2022.

MACHADO, Regina Coeli Vieira. Vaqueiro do Nordeste Brasileiro. In: PESQUISA Escolar. **Recife: Fundação Joaquim Nabuco**, 2003. Disponível em:<<https://pesquisaescolar.fundaj.gov.br/pt-br/artigo/vaqueiro-do-nordeste-brasileiro/>> Acesso em 06 jul. 2022.

MAIA, Joelio Farias; TROIAN, Alessandra. O Pampa Gaúcho: fatores materiais e imateriais na consolidação do território. **Revista Grifos** – Unochapecó. Edição Vol.31 N. 57, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.22295/grifos.v31i57.6722>>. Acesso em: 07 jul. 2022.

MARCOMIN, Fátima Elizabeti; SATO, Michèle. Percepção, paisagem e educação ambiental: uma investigação na região litorânea de Laguna-SC, Brasil. **Educação em revista**, v. 32, p. 159-186, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/edur/a/GYrXBWg3ZDFMpc6ZVc8tLMM/?lang=pt>> Acesso em: 25 abr.2022.

MELO, André Carneiro; BARZANO, Marco Antonio Leandro. " Se acabar o rio, a comunidade acaba": dimensão pedagógica do racismo ambiental. **Praxis & Saber**, v. 12, n. 28, p. 24-39, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.19053/22160159v12.n28.2021.11075>> Acesso em: 06 mar.2022.

MITTERMEIER, 2002; PCBAP, 1997; AZURDUY ED., 2008. WWF-Brasil, Pantanal. Disponível em: <[https://www.wwf.org.br/natureza\\_brasileira/areas\\_prioritarias/pantanal/](https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/areas_prioritarias/pantanal/)>. Acesso em :18 jun.2022.

MOHER, David; TSERTSVADZE, Alexander. Systematic reviews: when is an update an update?. **The Lancet**, v. 367, n. 9514, p. 881-883, 2006. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/profile/Alexander-Tsertsvadze/publication/7231463\\_Systematic](https://www.researchgate.net/profile/Alexander-Tsertsvadze/publication/7231463_Systematic)>

\_reviews\_When\_is\_an\_update\_an\_update/links/5cc730ca299bf12097893fdd/Systematic-reviews-When-is-an-update-an-update.pdf > Acesso em :04 mar.2022.

MOURÃO, F. - 1971. **Os pescadores do litoral sul do Estado de São Paulo**. Tese de Doutorado. São Paulo, FFLCH-USP.

MOREIRA, Eidorfe. **Amazônia: o conceito e a paisagem**. Rio de Janeiro: Agência da SPVEA, 1960. (Coleção Araújo Lima).

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Convenção n. 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT**. Brasília: OIT, 2011. 1 v. Disponível em: < [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@ed\\_norm/@normes/documents/publication/wcms\\_100907.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@ed_norm/@normes/documents/publication/wcms_100907.pdf)>. Acesso em: 14 jun. 2022.

PALMARES, FUNDAÇÃO CULTURAL. Portaria nº 57, de 31 de março de 2022, certificação Quilombola. Quadro Geral por Estados e Regiões. Disponível em: <[https://www.palmares.gov.br/?page\\_id=37551](https://www.palmares.gov.br/?page_id=37551)>. Acesso em: 12 abr.2022.

PERES, C.A.; GARDNER, T.A.; BARLOW, J.; ZUANON, J.; MICHALSKI, F.; LEES, A.C.; VIERIA, I.C.G.; MOREIRA, F.M.S.; FEELEY, K.J. Biodiversity conservation in **humanmodified Amazonian forest landscapes**. *Biological Conservation*, 143, p2314–2327, 2010.

PILLAR, Valério de P. *et al.* **Campos Sulinos – conservação e uso sustentável da biodiversidade**. – Brasília: MMA, 2009. 403 p.

**REGIÃO SUL**. Ambiente Brasil, 2021. Disponível em :< [https://ambientes.ambientebrasil.com.br/ecoturismo/polos\\_de\\_ecoturismo/regiao\\_sul.html#:~:text=Por%20sua%20importante%20contribui%C3%A7%C3%A3o%20para,de%20Vila%20Vilha%20e%20Guartel%C3%A1](https://ambientes.ambientebrasil.com.br/ecoturismo/polos_de_ecoturismo/regiao_sul.html#:~:text=Por%20sua%20importante%20contribui%C3%A7%C3%A3o%20para,de%20Vila%20Vilha%20e%20Guartel%C3%A1)>. Acesso em 18 de junho de 2022.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. Cia das Letras, SP, 1995.

SANTANA, R. de Oliveira; DA SILVA, W. Pereira; MOL, G. de Souza. **Diálogo de saberes, trabalho de tradução e intercientificidade: intersecções possíveis no ensino de química**. Debates em Educação. Maceió. Vol. 13 - Nº. Especial 2. Ano 2021.

SÁNCHEZ, Laura del Pilar Jiménez; CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. A questão da (auto) identificação de comunidades tradicionais em teses e dissertações em Educação Ambiental do Brasil. **REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 38, n. 2, p. 309-329, 2021.

SAUVÉ, L. Educação Ambiental: possibilidades e limitações. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 317-322, 2005.

SEIXAS, C. Simão *et al.* Contribuições da natureza para a qualidade de vida. **Embrapa Solos-Capítulo em livro científico (ALICE)**, 2019. Disponível em: < <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/1112420/1/Contribuicoesdanaturezaparaaqualidadedevida2019.pdf>> Acesso em:05abr. 2022.



SILVA, Luiz Geraldo Santos da - **Caiçaras e jangadeiros: cultura marítima e modernização no Brasil**. CEMAR, USP, São Paulo, 1993: 145 p.

SILVA, Linalva Cunha Cardoso. **Quebradeiras de coco babaçu, organização e mobilização política no Lago do Junco e Lago dos Rodrigues, região do Médio Mearim (MA): a experiência na fábrica de sabonete**. – São Luís, 2018. 231 f.

SORIANO, Alberto Leon et al. Río de la Plata Grasslands. In: COUPLAND, R. (Ed.). *Natural Grasslands: Introduction and Western Hemisphere. Ecosystems of the World*. Amsterdam: Elsevier. 367-407, 1992.

SOUZA, Francisco das Chagas Silva; DA SILVA, Valdo Sousa. Conhecimentos tradicionais versus conhecimentos científicos? em defesa de uma educação que religue os saberes. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 5, n. Especial, p. 8-28, 2021. Disponível em: < <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/download/1104/673>>. Acesso em: 21 abr.2022.

TAGLIEBER, José Erno. A pesquisa em Educação Ambiental: dossiê de implantação do GEEA-22 da Anped. **Revista Contrapontos**, v. 3, n. 1, p. 107-118, 2003.

TAURINO, T. C. da Conceição B. **Conexão entre quebradeiras de coco babaçu e a biodiversidade das florestas de babaçuais no Pará-Amazônia Oriental**. UFP, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Gestão Ambiental e Manejo de Paisagem, Belém, 2017.

TBILISI. **Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental**. Geórgia, União Soviética (URSS), 1977.

TOFFOLI, Daniel; MANSUR, Gustavo. **Caiçara**. FUNDART, 2019. Disponível em:< <https://fundart.com.br/tradicao/comunidades/caicara/>>. Acesso em 19 de junho de 2022.

VALDANHA NETO, Diógenes; PLATZER, Maria Betanea; GOMES, Diego Ferreira. Relação ser humano-meio ambiente em uma reserva extrativista:(auto) reflexões para a educação ambiental. **EccoS–Revista Científica**, n. 55, p. 8345, 2020. Disponível em:<<https://doi.org/10.5585/eccos.n55.8345>>. Acesso em: 24 mar. 2022.

VIANA, Virgílio M. Conservação da biodiversidade de fragmentos de florestas tropicais em paisagens intensivamente cultivadas. In: **Anais Conf.:Abordagens Interdisciplinares para a conservação da biodiversidade e dinâmica do uso da terra no novo mundo**. UFMG/University of Florida, Belo Horizonte, Brasil/USA, 135-154, 1995.

VIEIRA, Fabio Pessoa et al. A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM AS COMUNIDADES TRADICIONAIS. **Notandum**, n. 47, p. 153-173, 2018.

VISCONTI, G. R.; SANTOS, M. C. **Região Sudeste: recuperando para desenvolver**. BNDES. 2014. 14 pag. Disponível em:< [https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/13074/3/Regi%C3%A3o%20Sudeste%20-%20recuperando%20para%20desenvolver\\_7\\_P\\_BD.pdf](https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/13074/3/Regi%C3%A3o%20Sudeste%20-%20recuperando%20para%20desenvolver_7_P_BD.pdf)>. Acesso em: 18 jun.2022.

VISCONT, G. R.; SANTOS, M. C.; STEIN, R. D. **Região Sul:** desenvolvimento econômico e sustentabilidade. BNDES, Biblioteca Digital. 2014. 17 pag. Disponível em:<  
[https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/3674/2/Regi%C3%A3o%20Sul\\_desenvolvimento%20econ%C3%B4mico\\_8\\_P.pdf](https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/3674/2/Regi%C3%A3o%20Sul_desenvolvimento%20econ%C3%B4mico_8_P.pdf)>. Acesso em: 18 jun.2022.